

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS**  
**COLEGIADO DO CURSO HISTÓRIA**

**RAIANE CLAIR RAMIREZ DOS SANTOS**

***“TERRA DE TODAS AS GENTES”:*** ***UMA ANÁLISE DA REVISTA ETNIAS NO PARANÁ***  
***(1989)***

**Marechal Cândido Rondon**

**2014**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS**  
**COLEGIADO DO CURSO HISTÓRIA**

**RAIANE CLAIR RAMIREZ DOS SANTOS**

***“TERRA DE TODAS AS GENTES”:* UMA ANÁLISE DA REVISTA ETNIAS NO PARANÁ  
(1989)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História do Campus de Marechal Cândido Rondon da UNIOESTE, como requisito básico para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Nestor Stein

**Marechal Cândido Rondon**

**2014**

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a minha família, principalmente aos meus avós, Beatriz e Emir, e a minha mãe, Clair, que mesmo com todas as dificuldades, nunca deixaram de me apoiar ao longo desta jornada.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcos Nestor Stein, que sempre esteve disponível e disposto a sanar minhas dúvidas e a compartilhar comigo seus conhecimentos. A prof. Dra. Méri Frotscher pelo grupo de estudos e pelas várias discussões sempre muito pertinentes e produtivas para minha formação.

Aos “Virjes” (Diego Ubi, Diogo Careca, Elionay, Gabriel, Mariah, Pedro e Daiane) e as “Fofas” (Elionay, Mariah, Nayara, Luana, Paulo, Nicole e Anna) pelo apoio na alegria e na tristeza, pelas conversas jogadas fora, pelas zoeiras e por tornarem o período da graduação agradável e inesquecível.

Aos meus amigos de Toledo, os “Bakas”, principalmente Mateus Pontes (John) e Felipe H. Soares (Frodo), por ouvirem, quase todos os fins de semana, os meus dramas e por me apoiarem sempre.

Ao meu namorado Mike A. Miranda, que sempre muito compreensivo, acompanhou toda a ansiedade, preocupação, desespero e as alegrias ao longo da produção deste trabalho, fazendo com que nunca me sentisse sozinha nestes momentos.

“Eu tenho fé na força do silêncio, A fé  
que me faz aceitar o tempo muito  
além dos jornais.”

*Força do silêncio* – Humberto Gessinger / Duca Leindecker

## RESUMO

SANTOS, R.C.R. “*Terra de todas as Gentes*”: uma análise da revista *Etnias no Paraná*. 2014. 54 p. Monografia – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2014.

O objetivo deste trabalho de conclusão de curso é apresentar uma análise dos discursos presentes na revista comemorativa *Etnias no Paraná*, publicada em 1989 em razão do 28º Festival Folclórico e de Etnias do Paraná. A revista divide-se em oito textos intitulados “Gaúchos no Paraná”, “Os Germânicos no Paraná”, “Os Holandeses no Paraná”, “Os Italianos no Paraná”, “Os Japoneses no Paraná”, “Os Poloneses no Paraná”, “Os Portugueses no Paraná” e “Os Ucranianos no Paraná”. Estes textos foram escritos pelos integrantes dos grupos folclóricos da AINTEPAR (Associação Inter Étnica do Paraná). Além destes, há também três textos de apresentação assinados pelo Governador do Estado na época, Álvaro Dias, pelo ex-secretário de Estado e da Cultura, René Ariel Dotti e pelo Diretor Presidente do Banco Banestado, daquele período, Carlos Antônio de Almeida Ferreira. Por meio desta fonte é possível perceber mecanismos discursivos que procuram construir identificações étnicas e uma memória a respeito do estabelecimento de cada um destes grupos de migrantes e imigrantes que se fixaram no estado do Paraná a partir da segunda metade do século XIX. Para analisar tais representações identitárias, a perspectiva teórica adotada vincula-se à utilizada por Stuart Hall, o qual entende que as identidades não são estáticas e nem substâncias fixas, mas produzidas no interior de discursos.

Palavras-Chave: Revista *Etnias no Paraná*; Imigração; Identidade;

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1. Colônias estabelecidas no Paraná entre os anos de 1840 a 1860. Na indicação Colônia Assungui. .....	15
FIGURA 2. Definição da Região dos Campos Gerais, segundo Marc Sérgio de Melo, baseado em MAACK, 1948. .....	19
FIGURA 3. Imagens apresentadas ao final do texto “Japoneses no Paraná”. .....	43
FIGURA 4. Imagens apresentadas ao final do texto “Germânicos no Paraná”. .....	44

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1.1: Colônias estabelecidas antes e durante o governo de Lamenha Lins	
.....	17
Tabela 1.2: Colônias estabelecidas após o governo de Lamenha Lins	
.....	18
Tabela 1.3: Colônias estabelecidas na primeira década do século XX	
.....	19

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 .....	12
Paraná: (re) ocupação do território e discursos de identificação .....	12
1.1 Colônias agrícolas migrantes e imigrantes.....	12
1.2 Discursos de identificação da População paranaense .....	23
CAPÍTULO 2 .....	28
Paraná: “Terra de todas as Gentes” .....	28
2.1 Políticas de preservação de patrimônio no Paraná: algumas ações da gestão de Álvaro Dias (1989).....	28
2.2 Revistas Etnias no Paraná: uma análise sobre a construção de representações identitárias para a população paranaense.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
REFERÊNCIAS .....	51



## INTRODUÇÃO

O objetivo deste Trabalho de Conclusão de Curso é analisar a revista comemorativa *Etnias no Paraná*, publicada no ano de 1989 em razão do 28º Festival Folclórico e de Etnias do Paraná. São analisados discursos, nela apresentados, que constroem identificações étnicas para grupos de nacionais e estrangeiros que se fixaram no território paranaense a partir da segunda metade do século XIX.

O interesse pela pesquisa sobre História do Paraná se deu ao longo do desenvolvimento do Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores – Programa Primeiros Projetos, intitulado “Colônias Agrícolas no Paraná nos Séculos XIX e XX”, no qual ingressei como bolsista em 2012. Com o financiamento da Fundação Araucária e CNPq e coordenado pelo Prof. Dr. Marcos Nestor Stein, este projeto tinha como objetivo coletar fontes, digitalizar e construir um fundo documental sobre colônias agrícolas formadas no Estado do Paraná durante o referido período. Por meio deste projeto tive contato com bibliografias sobre História do Paraná, bem como com várias fontes, dentre as quais a revista *Etnias no Paraná*, selecionada para esta análise.

Ao catalogar tais fontes, percebi que vinda e o estabelecimento de migrantes e, especialmente, imigrantes eram temas frequentes em jornais paranaenses e que por meio destas matérias é possível investigar diferentes representações sobre os grupos que estavam ocupando o Estado. Ao final do projeto “Colônias Agrícolas no Paraná nos séculos XIX e XX”, procurei o Prof. Dr. Marcos Nestor Stein para uma possível orientação de iniciação científica sobre este tema. Assim, em agosto de 2013 iniciamos um estudo intitulado *Etnias no Paraná: identificações da população paranaense nas páginas da imprensa* vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIOESTE (PIBIC), financiado pela Fundação Araucária/SETI. A pesquisa consistia na análise de textos publicados entre os anos de 1953 a 2005 nos jornais *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná*, *Diário da Manhã*, *Diário do Paraná*, revista *Ilustração Brasileira* e revista *Etnias no Paraná*. Dentre estas publicações, escolhemos para uma análise mais detida neste trabalho a revista *Etnias no Paraná*. Dessa forma, buscaremos discutir como a população paranaense, classificada a partir de critérios étnicos, é representada nesta revista.

A revista *Etnias no Paraná* é uma publicação comemorativa referente ao 28º Festival Folclórico e de Etnias no Paraná, que ocorre anualmente em Curitiba desde 1961, do qual participam os grupos folclóricos integrantes da AINTEPAR (Associação

Inter étnica do Paraná). A revista tem uma única edição que foi publicada em comemoração a 28ª edição do festival. Contou com o apoio do Governo do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura e Coordenadoria de Ação Cultural Divisão de Folclore e Artesanato. Esta publicação foi patrocinada pelo Banco do Estado do Paraná (Banestado)<sup>1</sup> e sua comissão organizadora era composta por Sale Wolokita, Lucymar C. Nicastro, Eugênia B. Mazépa, Miroslau Mazépa, integrantes da AINTEPAR.

Ao refletir sobre o uso da imprensa como fonte para a produção do conhecimento histórico, Tânia Regina de Luca afirma que:

Pode-se admitir, à luz do percurso epistemológico da disciplina e sem implicar a interposição de qualquer limite ou óbice ao uso de jornais e revistas, que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa<sup>2</sup>.

Portanto, ao tomarmos os discursos presentes em jornais e revistas, não os trataremos como mera transmissão de informações, mas, como nos ensina Eni P. Orlandi (1999), como produção de sentidos, como construtores dos objetos ou fatos sobre os quais fala, no caso da fonte selecionada, de sujeitos coletivos classificados em forma de etnias.

Antes de analisar os discursos presentes na revista *Etnia no Paraná*, optamos por apresentar um breve panorama do processo da vinda e fixação de imigrantes e nacionais em diferentes regiões do território paranaense, durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX. No referido período, uma das formas de (re)ocupação do Paraná era o estabelecimento de colônias agrícolas. Esse é o tema do primeiro capítulo deste trabalho, intitulado *Paraná: (re)ocupação do território e discursos de identificação*. Este se divide em dois subcapítulos *1.1 Colônias agrícolas migrantes e imigrantes*, que trata especificamente deste processo de fixação, e *1.2 Discursos de identificação da População paranaense*, que aborda elaboração de alguns discursos que acompanharam este processo de estabelecimento de imigrantes e nacionais no território paranaense.

---

<sup>1</sup> O Banco do Estado do Paraná, Banestado, era um banco estatal pertencente ao Paraná, privatizado e comprado pelo Banco Itaú em 2000.

<sup>2</sup> LUCA, T. R. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139

O segundo capítulo, intitulado *Paraná: “Terra de todas as Gentes”*, está dividido da seguinte maneira: 2.1. *Políticas de preservação de patrimônio no Paraná: algumas ações da gestão de Álvaro Dias (1989)*, aborda a formulação de políticas oficiais ligadas à preservação e definição de bens patrimoniais no Paraná, principalmente durante a administração de Álvaro Dias. As ações e os discursos de seu governo relacionam-se diretamente com a produção de materiais comemorativos como a revista *Etnias no Paraná*. 2.2. *Revista Etnias no Paraná: uma análise sobre a construção de representações identitárias para a população paranaense*, em que é apresentada uma análise da revista, bem como seu contexto de produção.

Para trabalhar o conceito de *identidade* utilizamos como referencial teórico os estudos do sociólogo Stuart Hall. Este autor critica as afirmações essencialistas ou fixas a respeito da composição da identidade dos sujeitos, defendendo a "existência de um 'eu' inevitavelmente performativo"<sup>3</sup>. Ou seja, segundo Hall, a rapidez da modernidade tardia causa uma "crise de identidade" nos sujeitos, pois além de fragmentar "paisagens culturais", como gênero, classe, etnia, estas rápidas transformações da sociedade também mudam nossas identidades pessoais, o que caracteriza a "perda do sentido de si"<sup>4</sup>.

Neste sentido, de acordo com Hall, o sujeito da chamada pós-modernidade é composto não de uma única identidade, mas de várias, assumindo identidades diferentes em diferentes momentos. Partindo desta concepção de identidade, busca-se analisar o tom cristalizador e sacralizante das narrativas presentes na revista *Etnias no Paraná*, que pretendem fixar uma única identidade para os indivíduos que (re)ocuparam o Paraná, como se esta permanecesse inflexível ao longo do tempo e através das gerações o que Stuart Hall denomina como “Identidade integral, originária e unificada”.

Sobre o conceito de *etnia* adotamos a perspectiva de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart<sup>5</sup> que questionam a naturalidade com que se trata este termo, geralmente utilizado como algo estático que classifica as pessoas em função da sua origem suposta, por meio de signos culturais socialmente diferenciadores.

Nossa intenção é mostrar como estes discursos que constroem identificações

---

<sup>3</sup>HALL, S. Quem precisa da identidade?. In: *Identidade de Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. P. 103.

<sup>4</sup>HALL, S. A identidade em questão. In: *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, ed. DP&A.

<sup>5</sup>POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

étnicas para grupos de nacionais e estrangeiros que se fixaram no Paraná pretendem criar um consenso, uma “memória coletiva” sobre a História do Paraná e da constituição de sua população, ressaltando alguns elementos e silenciando outros. Assim, são construídas fronteiras, dentro do próprio discurso, que marcam a diferença.

## CAPÍTULO 1

### Paraná: (re) ocupação do território e discursos de identificação

#### 1.1 Colônias agrícolas migrantes e imigrantes

A produção de discursos identitários para a população paranaense relaciona-se diretamente com uma série de políticas imigratórias implementadas no Paraná, desde a emancipação do estado. Dessa forma, o objetivo deste subcapítulo é apresentar um breve panorama da (re)ocupação deste estado, promovida a partir da segunda metade do século XIX.

No ano de 1850 o Brasil passava pela seguinte conjuntura: em quatro de setembro instituiu-se a lei Eusébio de Queirós<sup>6</sup>, que proibiu e estabeleceu medidas de repressão contra o tráfico internacional de africanos. No mesmo mês, estabeleceu-se a Lei de Terras<sup>7</sup>, que visava regularizar e institucionalizar a posse de terras do país, exigindo a demarcação das propriedades e o pagamento de direitos sobre o seu registro.

Segundo o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos, em seu livro *História da alimentação no Paraná*, “a institucionalização da propriedade fundiária destacava a colonização como forma de substituição do trabalho escravo, tese esta reforçada pela lei de abolição do tráfico de africanos aprovada 13 dias antes (...)”<sup>8</sup>. Para Santos, a implantação destas leis resultou de discussões no campo político entre correntes liberais e conservadoras e acabaram por revelar a “mentalidade da elite brasileira e dos políticos na linha do liberalismo econômico”. Neste sentido, faz a seguinte afirmação:

Do ponto de vista institucional, a abolição do tráfico de escravos e a promulgação da Lei de Terras devem ser tomadas num processo de transição estrutural da sociedade brasileira, isto é, de passagem de mão de obra escrava para trabalho livre. Tais políticas implementadas em nível nacional respondem aos ditames do capital e garantem a manutenção do processo de acumulação capitalista no Brasil<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (1824). Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos neste Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm). Acesso em: 15 maio. 2014.

<sup>7</sup>BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (1824). Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 15 maio. 2014.

<sup>8</sup> SANTOS, C. R. A. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural. 1995.p.52.

<sup>9</sup> Ibidem. p.53.

Segundo Santos, a efetivação destas duas leis direcionava para uma nova organização social, baseada no trabalho livre com uso de mão de obra advinda da colonização estrangeira. Márcia Motta, por sua vez, em seu livro *Nas Fronteiras do Poder*, ao tratar sobre a Lei de Terras afirma que “as leis agrárias no Brasil continuam a ser compreendidas apenas como a expressão jurídica da classe dominante”<sup>10</sup> e que, para além disto, devem ser compreendidas como “espaço de disputas e conflitos”<sup>11</sup>. Motta critica a maneira como tem-se lido a Lei de Terras no Brasil, majoritariamente tratada como instrumento exclusivo de proteção da propriedade privada e de exclusão do direito à terra. Dessa forma, diferentemente do que declara Santos e uma vasta historiografia que seguiu uma tendência de “reduzir a lei a uma única matriz explicativa”<sup>12</sup>, Motta discute a promulgação da Lei de Terras como campo de conflito, e não como um simples reflexo da “mentalidade da elite brasileira”.

Além destes acontecimentos, a década de 50 do século XIX foi marcada por uma maior abertura do mercado para exportação. O estado do Paraná inseriu-se nesta nova dinâmica da economia mundial, especializando-se na produção de erva mate. É neste contexto que ocorre a emancipação político-administrativa da província do Paraná, em 1853. O historiador Sérgio Odilon Nadalin contextualiza esse processo da seguinte maneira:

[...] Enfim, é nessa conjuntura dominada pelas transformações relacionadas à extinção do tráfico – o que pré-anunciava o fim do regime de trabalho escravo; a expansão do comércio exterior – que no Paraná era representado pelo desenvolvimento da economia do mate; a criação de um novo regime de terras, oriundo em parte da necessidade de modernizar o regime de propriedade no país e da luta política entre os defensores da “colonização” com imigrantes estrangeiros visando à substituição do braço cativo e aqueles que preconizavam a “colonização de povoamento”; e tendo ainda como pano de fundo o desenvolvimento de uma sociedade urbana originada do desenvolvimento de uma economia mercantil e da decadência social e política dos antigos criadores de gado, é que foi criada, no território anterior da 5ª Comarca da Província de São Paulo, a Província do Paraná em 1853<sup>13</sup>.

Segundo Nadalin, esta economia fundamentada na exportação, que priorizava a produção de mate, ocorreu em detrimento da produção de alimentos para subsistência,

---

<sup>10</sup> MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> NADALIN, S. O. *Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.p. 71.

aliada a fatores como o desenvolvimento de urbanização e o aumento da população, gerou uma crise na produção de gêneros de subsistência no Paraná, o que “levava a uma intolerável dependência dos paranaenses da importação de artigos do exterior e das outras províncias”<sup>14</sup>. Tendo em vista este cenário, com o argumento de que solucionariam o problema do abastecimento de alimentos e da baixa densidade demográfica<sup>15</sup> no estado<sup>16</sup>, vários governantes desta província empreenderam ações que visavam atrair e estabelecer migrantes e imigrantes agricultores em seu território. Foi com este intuito que o primeiro presidente da província do Paraná, Zacarias Goes de Vasconcelos, instituiu a lei n.º 29, de 21 de março de 1855, que indicava as seguintes diretrizes para a ação do governo provincial:

Art. 1.º - Fica o governo autorizado à promover a imigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre atrair os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil.

Art. 2.º - Para que tenha efeito a disposição do artigo antecedente, poderá o governo despende (sic) anualmente até a quantia de 10:000\$000, além dos reembolsos dos avanços que fizer para passagem e alimento dos imigrantes, segundo os contratos que realizar.

Art. 3.º - Os colonos serão, por ora, principalmente destinados ao serviço das estradas da província, podendo o governo pagar, sem indenização alguma, a metade da passagem àqueles que nelas se empregarem por espaço de cinco anos.

Art. 4.º - Os colonos que se quiserem dar à agricultura, e que não tiverem meios de fazer por sua própria conta serão distribuídos pelos lavradores, principalmente pelos de café, chá e trigo, que se obrigarem a pagar por prestações, dentro de três anos e sem juro algum, as despesas que com eles houver feito o governo, do que prestarão fiança idônea.

Art. 5.º - O governo velará a que nos ajustes feitos com esses lavradores não sejam de modo algum lesados os interesses dos colonos.

Art. 6.º - A passagem das crianças menores de 6 anos poderá ser puramente a expensas da província.

Art. 7.º - Para a boa execução dessa lei e fiel cumprimento dos contratos, fará o governo regulamento impondo penas.

Art. 8.º - O governo, estudando o sistema de colonização mais adequado às circunstâncias da província, o submeterá a consideração da assembleia legislativa provincial em sua próxima reunião, com os

---

<sup>14</sup> Idem.

<sup>15</sup> A questão dos discursos sobre baixa densidade demográfica do estado do Paraná será analisada mais adiante neste trabalho.

<sup>16</sup> BALHANA, A. P. *Política Imigratória do Paraná*. Revista Paraná Desenvolvimento, Curitiba, v. n.87, p.39-50, jan/abr., 1996.

regulamento que houver organizado, indicando também os embaraços que se opõem à sua execução, e propondo o meios de os obviar.<sup>17</sup>

As administrações seguintes a de Zacarias Goes de Vasconcelos, em sua maioria, deram continuidade a tal política. Por meio de iniciativas públicas, e também de ações privadas, estimuladas pelo governo, incentivou-se a vinda de imigrantes alemães, poloneses, holandeses, ingleses, espanhóis, italianos, suecos, entre outros, para se estabelecerem na nova província.

Assim, organizaram-se agrupamentos de pequenas propriedades, chamadas de colônias agrícolas, formados por imigrantes e nacionais, geralmente, com o objetivo de produzir alimentos para subsistência. Com relação ao termo “colônia”, é pertinente apresentar a seguinte definição de Valdir Gregory:

Lugar, região, domínio, grupo de pessoas estrangeiras ou descendentes de estrangeiros. No que se refere à questão agrária, colônia ou núcleo colonial, o conjunto de lotes rurais e urbanos e a infraestrutura deste núcleo. Pode significar, ainda, o lote individual destinado a cada proprietário, o colono<sup>18</sup>.

Um exemplo deste tipo de empreendimento foi a colônia Assungui, fundada em 1859, localizada a 109 quilômetros ao norte de Curitiba.

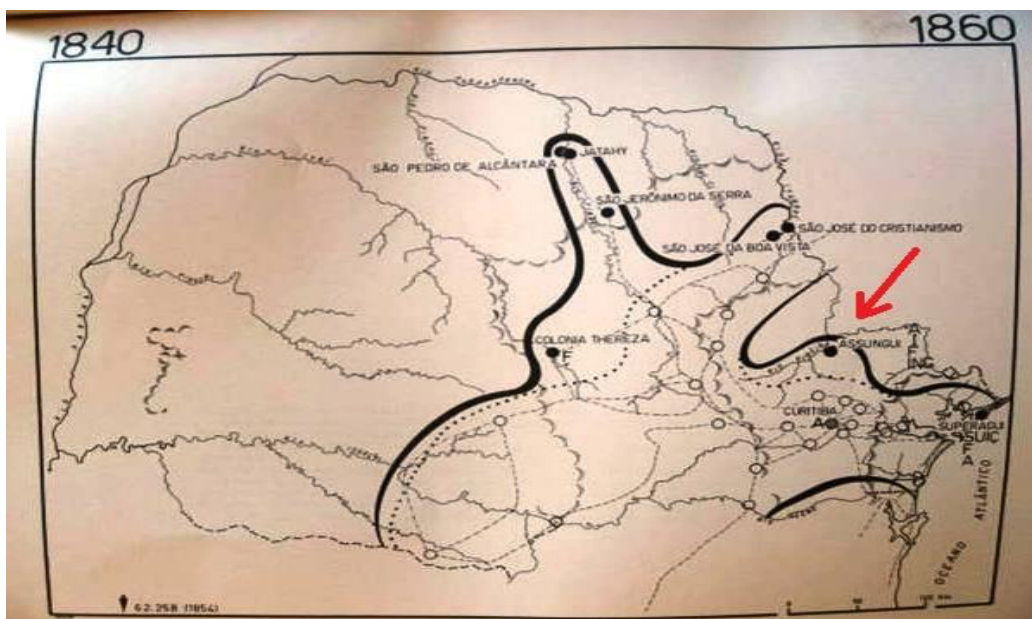


FIGURA 1. Colônias estabelecidas no Paraná entre os anos de 1840 a 1860. Na indicação Colônia Assungui.

Fonte: CARDOSO, Jayme A.; WESTPHALEN, Célia M. *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Indústria Gráfica Projeto. 1981.

<sup>17</sup>MARTINS, W. *Um Brasil Diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989. p. 64.

<sup>18</sup>GREGORY, V. Colônia. IN: MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (p. 96)



Tal iniciativa não obteve muito sucesso, pois muitos habitantes deixaram esta colônia em busca de mais sorte nos grandes centros do Império ou voltando para seus países<sup>19</sup>. Segundo Ruy Wachowicz, a causa da saída dos colonos da colônia Assungi era a falta de infraestrutura apropriada, como estradas e transporte, para escoar a produção aos grandes centros<sup>20</sup>.

Considerando os problemas enfrentados na fixação de imigrantes no Paraná, destaca-se a gestão de Adolfo Lamenha Lins, presidente da província entre 1875 e 1877. Sua política, também denominada de linismo, pretendia dar continuidade ao estabelecimento de imigrantes, adjetivados em seus discursos como “laboriosos e morigerados”, e após pesquisar sobre os sucessos e fracassos das primeiras experiências com as colônias, pontuou algumas diretrizes para o novo sistema de colonização:

- a- As colônias em hipótese alguma deveriam ficar situadas longe dos grandes centros consumidores;
- b- Os núcleos coloniais deveriam ser localizados nos terrenos contíguos às estradas carroçáveis já existentes; Graciosa, Mato Grosso que ligava Curitiba aos Campos Gerais e a do Assungui, carroçável em alguns quilômetros para o norte de Curitiba;
- c- Uma simples estrada vicinal, partindo da estrada tronco, seria suficiente para ligar os núcleos com a capital;
- d- A verdade sempre deveria ser dita ao imigrante sobre a nova pátria em vez de poéticas descrições e exageradas promessas;
- e- O transporte seria facilitado, evitando que o imigrante sofresse privação e maus tratos;
- f- Os lotes de terra seriam oferecidos nas vizinhanças dos centros populosos e tornados comunicáveis entre si, por estradas de rodagem;
- g- O colono poderia ligar-se à terra que habitava, pelo direito de propriedade, facilitando-se a aquisição da mesma;
- h- Cada imigrante maior de 10 anos teria auxílio de fixação de 20\$000rs. E mais a mesma soma para compra de utensílios e sementes;
- i- Após a fixação do imigrante, este seria logo empregado na construção das estradas da colônia, cessando então a alimentação por conta do governo;
- j- Em cada colônia mais afastada da capital, seria edificada uma escola e capela;
- k- A venda de sua produção agrícola seria possibilitada pela proximidade do mercado urbano, para que desta forma o imigrante não tradasse em pagar o valor da terra ao governo;
- l- As novas gerações que houvessem aprendido a lidar com a terra e dominar as condições brasileiras, deveriam ser orientadas para o interior, evitando-se desta forma que as mesmas se urbanizassem;<sup>21</sup>

<sup>19</sup>WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba-PR. Editora gráfica Vicentina, 1995. p. 144

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup>WACHOWICZ, R. C. Op. cit., p. 145-146.

Apoiado na trilogia *colonização, indústria e capital*, Lamenha Lins acreditava que, se aplicado da maneira correta, o modelo de colônias agrícolas solucionaria o problema do abastecimento de alimentos<sup>22</sup>. Neste sentido, propôs as diretrizes acima citadas, com intuito de evitar a evasão dos colonos para os grandes centros. O resultado disso foi a criação de várias outras colônias com este modelo e objetivo no decorrer da administração de Lamenha Lins e nos governos seguintes, como é possível visualizar nas tabelas 1.1, 1.2 e 1.3.

Tabela 1.1: Colônias estabelecidas antes e durante o governo de Lamenha Lins

Ano	Colônia	Distância da capital	Número de imigrantes	Grupos étnicos
1829	Rio Negro		248	Alemães
1847	Thereza		87	Franceses
1852	Superagui		85	Suíços, alemães, franceses e outros
1860	Assungui		949	Ingleses, franceses, italianos, alemães e outros
1869	Argelina		117	Franceses da Argélia, alemães, suíços, ingleses, italianos
1870	Pilarzinho	3 km	242	Poloneses, alemães e italianos
1871	São Venâncio	12 km	160	Alemães, poloneses e suecos
1873	Abranches	6 km	323	Poloneses e alemães
1875	Orleans	10 km	290	Poloneses, italianos, suíços e Franceses
1875	Santa Candida	8 km	340	Poloneses, suíços e franceses
1876	Dom Pedro	15 km	98	Poloneses, suíços e franceses
1876	Tomaz Coelho	17 km	1.295	Poloneses, galicianos, e silesianos
1876	D. Augusto	12 km	281	Poloneses
1876	Lamenha	12 km	746	Poloneses, silesianos e alemães
1876	Santo Inácio	3 km	334	Poloneses, silesianos e Galacianos
1877	Rivière	16 km	406	Poloneses, franceses e alemães

Fonte: BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B. ; WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 164 e 165. Adaptado por SANTOS, R.C.R.

<sup>22</sup>SANTOS, C. R. A. *Vida Material Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001. p. 78-79

Tabela 1.2: Colônias estabelecidas após o governo de Lamenha Lins

Ano	Colônia	Distância da capital	Número de imigrantes	Grupos étnicos
1878	Santa Felicidade	7 km	580	Italianos
1878	Dantas	2 km	188	Italianos
1878	Alfredo Chaves	24 km	220	Italianos
1878	S. Maria novo Tirol	30 km	350	Italianos
1878	Muricy	32 km	397	Poloneses e italianos
1878	Zacarias	6 km	167	Poloneses e silesianos
1878	Inspetor Carvalho	10 km	158	Poloneses e italianos
1878	Antônio Rebouças	14 km	244	Poloneses e italianos
1878	Octávio	6 km	112	Alemães do Volga
1878	Virmond	5 km	210	Alemães do Volga
1879	Maria Luiza	16 km	268	Italianos e alemães
1885	Mendes Sá	4 km	148	Italianos e Poloneses
1886	Alice	9 km	48	Poloneses
1886	Santa Cristina	8 km	294	Poloneses
1886	Barão de Taunay	-	255	Poloneses
1886	Santa Gabriela	8 km	180	Italianos e Poloneses
1886	Antônio Prado	18 km	248	Italianos e Poloneses
1887	Presidente Faria	20 km	450	Italianos e Poloneses
1887	João Alfredo	3 km	303	Alemães e Poloneses
1887	São Lourenço	7 km	124	Alemães
1888	Visconde de Nascar	12 km	164	Italianos
1888	Santa Cruz	12 km	224	Italianos
1888	Santa Rita	4 km	131	Italianos
1889	Balbino Cunha	8 km	122	Italianos
1889	Dona Mariana	8 km	170	Italianos
1890	Eupharázio Correia	-	-	Poloneses
1890	São Mateus	-	-	-
1890	Contenda	-	-	Poloneses
1891	Água Branca	24 km	600	Poloneses
1891	Santa Barbara	15 km	491	Poloneses, alemães, italianos e ucranianos
1891	Palmira	19 km	386	Poloneses
1891	Rio Claro	-	8.000	Poloneses e Ucranianos
1891	Lucena	33 km	6.320	Alemães e poloneses
1891	Augusta Victória	43 km	250	Alemães e poloneses
1892	Eufrosina	13 km	1.475	Poloneses
1892	General Carneiro	33 km	668	Ucranianos
1892	Antônio Candido	-	545	Poloneses
1892	Alberto Abreu	-	800	Poloneses
1892	Apucarana	-	1.342	Ucranianos e poloneses
1892	Canta-Galo	33 km	140	Poloneses
1892	Cecília	-	-	Italianos
1895	Antônio Olynto	72 km	2.150	Ucranianos
1896	Prudentópolis	-	16.637	Ucranianos, poloneses, alemães, entre outros
1896	Mallet	-	3.600	Ucranianos e poloneses

Fonte: BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B. ; WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 164 e 165. Adaptado por SANTOS, R.C.R.

Tabela 1.3: Colônias estabelecidas na primeira década do século XX

1907	Senador Correia	42 km	3.132	Ucranianos
1907	Jesuíno Marcondes	-	307	Ucranianos
1907	Ivaí	60 km	4.840	Ucranianos, alemães, poloneses e holandeses
1908	Irati	12 km	1.379	Alemães, poloneses, ucranianos e holandeses
1908	Itapará	-	1.393	Ucranianos, poloneses e outros
1908	Taió	6 km	361	Poloneses e alemães
1908	Afonso Pena	20 km	486	Poloneses e alemães
1909	Vera Guarany	6 km	4.208	Poloneses, ucranianos, alemães e outros
1910	Cruz Machado	-	4.474	Poloneses, ucranianos, alemães
1911	Carambeí	25 km	450	Holandeses

Fonte: BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 164 e 165. Adaptado por SANTOS, R.C.R.

A partir das tabelas, pode-se observar que os investimentos em uma colonização organizada em colônias agrícolas tiveram continuidade após as medidas indicadas por Lamenha Lins. Entre as décadas de 1870 e 1890 foram instaladas sessenta colônias em um raio de até setenta quilômetros da capital, a maioria a oeste desta, na região dos campos gerais, localizada entre as linhas vermelha e laranja da figura a seguir:

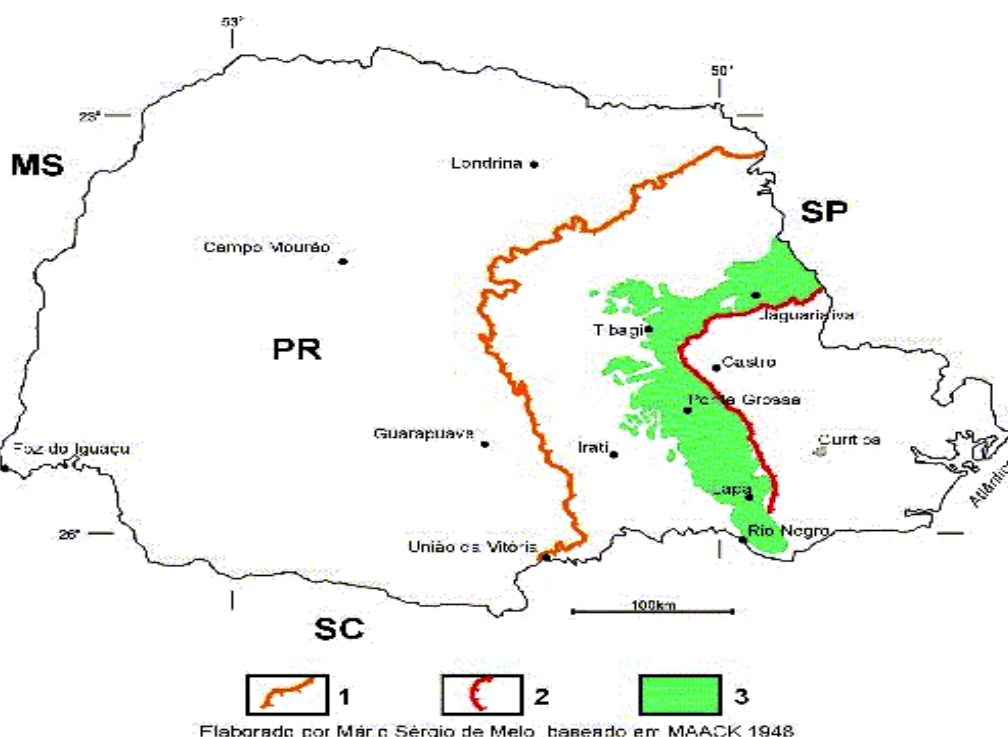


FIGURA 2. O relevo do Paraná divide-se em três planaltos principais, o Primeiro Planalto Paranaense no leste, o Segundo Planalto Paranaense no centro-leste e o Terceiro Planalto Paranaense no norte e no oeste. Os Campos Gerais localizam-se na região em verde, correspondente ao Segundo Planalto Paranaense, de acordo com a ilustração acima elaborada por Marc Sérgio de Melo, baseado em MAACK, 1948.

1: Escarpa da Serra Geral; 2: Escarpa Devoniana; 3: Região dos Campos Gerais no Segundo Planalto paranaense.

Fonte: [http://www.uepg.br/dicion/campos\\_gerais.htm](http://www.uepg.br/dicion/campos_gerais.htm)

outras Províncias<sup>23</sup>. Contudo, na década de 1880, alguns problemas com o desenvolvimento da colonização foram apontados pelo presidente João José Pedrosa, no relatório apresentado Assembleia Legislativa Provincial em 1881. Neste documento, Pedrosa indica que nas regiões próximas a capital, a colonização prosperava, porém nas regiões mais centrais a colonização, em formato de colônias agrícolas, pouco se desenvolvia<sup>24</sup>. Constata, também, uma situação de inchaço populacional em determinados pontos da província e indica que os colonos deveriam ser levados a localidades onde, por conta do Governo, se executariam obras públicas como a construção de vias férreas, para dessa forma, empregar os imigrantes que não encontraram sucesso no trabalho agrícola<sup>25</sup>.

As ferrovias principalmente, concretizadas ou apenas projetadas, passaram a constituir os eixos de penetração para o povoamento do território não desbravado do Paraná, em uma conjuntura em que declinava a economia do comércio de gado, tomava incremento aquela da madeira, e encontrava-se a da erva-mate sem maiores possibilidades de expansão. *Ao mesmo tempo, a necessidade de liberar os cofres públicos do oneroso programa colonizador, levou as autoridades a emanciparem as colônias existentes e a extinguir a colonização propriamente oficial.* Contudo, a imigração espontânea não satisfazia a demanda, agora de mão-de-obra para as construções das ferrovias e outros serviços públicos. Era necessário, pois, encontrar novos estímulos para atrair imigrantes. Surgem novas tentativas de promover a colonização através da *iniciativa privada*, conforme recomendação do Ministério da Agricultura em circular de 27 de junho de 1884<sup>26</sup>. (Grifo nosso).

Assim, os investimentos em colonização, a partir da década de 1880, tiveram continuidade mediante apoio do governo central ou fomento de ações privadas, encorajadas pelo governo provincial. Então, além de iniciativas públicas federais, várias associações<sup>27</sup> foram criadas com o intuito de promover a imigração, uma das ações destas sociedades de imigração era a propaganda das terras do Paraná<sup>28</sup>.

Com base nas tabelas, também é possível notar uma significativa diminuição na criação de colônias entre os anos de 1889 e 1890. Tratava-se de um período de intensa instabilidade política, pois desde a proclamação da república, em 1889, se

<sup>23</sup>BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B. ;WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. p. 168.

<sup>24</sup>Ibidem, p. 181.

<sup>25</sup>Ibidem, p. 181.

<sup>26</sup>Idem, p. 181-182.

<sup>27</sup>BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B. WESTPHALEN, C. Op.cit p.182/183. Segundo Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, foram criadas onze sociedades de imigração em onze localidades diferentes da província: Paranaguá, Curitiba, Superagui, Porto de Cima, Morretes, Antonina, Campo Largo, Lapa, Ponta Grossa, Castro e Guarapuava.

<sup>28</sup>Ibidem, p. 183.

intensificaram as disputas entre conservadores e liberais no cenário político paranaense. Estas disputas começaram a se estabilizar a partir de 1892, quando a constituição estabelece e organiza as estruturas políticas em torno de oligarquias latifundiárias. Esta organização perdurou até a Revolução de 1930<sup>29</sup>. Entre 1880 e 1911 foram estabelecidas em torno de trinta novas colônias no Paraná. Depois deste período de alta nos movimentos migratórios, este passou a oscilar, diminuiu significativamente entre os anos de 1912 e 1920, devido à Guerra do Contestado (1912-1916) e à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e volta a aumentar depois da década de 40 com a (re)ocupação do oeste, sudoeste e norte do Paraná<sup>30</sup>.

Por efeito da Primeira Grande Guerra, há entre 1912 e 1920 uma preocupação, por parte das autoridades, com a “nacionalização” do país, sobretudo da educação, além de uma constante desconfiança com relação a estrangeiros. Em consequência disto, na década de 1920, passou-se a privilegiar o fluxo migratório interno que custasse pouco aos cofres públicos<sup>31</sup>.

Na década de 1930 todo o sistema da república instaurada em 1891 foi desmontado pela chamada revolução de 1930<sup>32</sup>. No Paraná, o governo do Estado e os prefeitos municipais foram depostos e militares ocuparam todos os cargos da administração pública. Segundo Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, o desafio do governo provisório e depois do interventor federal era recuperar a economia paranaense e sanar os problemas com relação a favores e a concessões de terras devolutas, cedidas às companhias colonizadoras. A solução encontrada foi anular ou declarar caducas várias concessões de terras feitas a companhias de estrada de ferro e companhias colonizadoras. Foi implantado, também, um recadastramento das terras do governo, fazendo retornar ao patrimônio do Estado muitos hectares de terra. Feito isto, o governo estadual, reinicia diretamente a colonização mantendo contrato apenas com a Companhia de Terras do Norte do Paraná e com a Francisco Gutierrez Beltrão<sup>33</sup>.

Nas décadas de 1940 e 1950, o povoamento do estado ocorreu, essencialmente, por meio de migrações internas. Com o intermédio de companhias colonizadoras, buscou-se povoar o oeste, sudoeste e norte do Paraná. Para trazer migrantes para a região norte o grande atrativo era a produção de café, e nas regiões oeste e sudoeste, a

---

<sup>29</sup> Ibidem, p. 188.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 188.

<sup>31</sup> MARTINS, W. Op. Cit., p.91.

<sup>32</sup> BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. Op.cit. p. 188.

<sup>33</sup> BALHANA, A. P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C. Op. Cit., p. 211 – 212.

própria terra<sup>34</sup>.

Na década de 1950, destaca-se a administração de Bento Munhoz da Rocha Neto, que além do estímulo às migrações internas, novamente dirigiu as atenções à imigração de colonos estrangeiros, em especial de alemães, holandeses, poloneses e italianos<sup>35</sup>. Com intuito de construir uma “personalidade” ou “caráter” comum aos paranaenses, acreditava que os imigrantes europeus teriam muito a contribuir na formação de um “tipo étnico paranaense”. Sobre as políticas empreendidas por Bento Munhoz da Rocha Neto, o historiador Marcos Nestor Stein afirma que:

(...) o território paranaense estava sendo ocupado por contingentes humanos de várias origens. As terras do Sudoeste e Oeste do Estado estavam sendo ocupadas, principalmente a partir de 1940, por populações oriundas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, enquanto que a região de região Norte era ocupada por agricultores interessados no cultivo de café, oriundos especialmente de São Paulo. Neste contexto, o governo de Bento Munhoz da Rocha Neto também promoveu políticas que visavam atrair contingentes imigratórios europeus. Mas se tratava de um tipo específico de imigrante: agricultores especializados no cultivo de trigo<sup>36</sup>.

Bento Munhoz da Rocha Neto, em seu governo, retomou interesse no investimento em colonização estrangeira. Witmarsum composta por menonitas<sup>37</sup>, Castrolanda, povoada por holandeses e Entre Rios colonizada pelos chamados Suábios do Danúbio, são algumas das colônias compostas por europeus, instaladas neste período<sup>38</sup>.

A partir do exposto, é possível observar que em um primeiro momento os investimentos em políticas imigratórias concentraram-se nas regiões do primeiro e parte do segundo planalto do Paraná. Conseqüentemente um grande contingente populacional também concentrou-se nesta região, de forma que a região do terceiro planalto permaneceu pouco povoada por não indígenas.

Em um segundo momento, buscou-se levar a população para as regiões do terceiro planalto estimulando os fluxos internos de migração, buscando-se uma maneira de otimizar o uso das terras em prol do desenvolvimento agrícola. Para concretizar estes

<sup>34</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>35</sup> MARTINS, W. Op. Cit., p.103.

<sup>36</sup> STEIN, M.N. “*O Oitavo Dia*”: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-PR (segunda metade do século XX). Guarapuava: UNICENTRO, 2011. P.103.

<sup>37</sup> STEIN, M. N.; SANTOS, R. C. R.; SANTOS, D. L.; WENTZ, L. K. . Natureza, Discursos e identidades: Indagações acerca de Narrativas da Trajetória de imigrantes Menonitas em Santa Catarina e no Paraná (século XX). *Anais do 2º Simpósio internacional de História Ambiental*. UFSC. 2012.

<sup>38</sup> ELFES, A. *Campos Gerais*: Estudo de Colonização. Curitiba: INCRA, 1973.

planos, foram elaborados discursos carregados com ideias favoráveis ao desenvolvimento de tais políticas, com intuito de trazer investimentos. Assim, no próximo tópico serão discutidos alguns destes discursos.

Cabe indicar que este tópico não pretende esgotar, nem fazer uma análise aprofundada a respeito das políticas imigratórias e da implantação de colônias agrícolas no Paraná. Trata-se de uma visão panorâmica do assunto, que visa apresentar alguns aspectos para subsidiar a análise do segundo capítulo.

## **1.2 Discursos de identificação da População paranaense**

Como podemos observar a partir do exposto no subcapítulo anterior, no decorrer da segunda metade do século XIX e da primeira do século XX, foram implantadas uma série de políticas favoráveis a vinda de imigrantes estrangeiros e nacionais para (re)ocupar o território paranaense. Este processo foi acompanhado pela elaboração e divulgação de discursos que qualificavam estes migrantes e imigrantes positivamente. Dessa forma, o objetivo deste subcapítulo é discutir alguns destes discursos.

No período que compreende os anos de 1853 a 1890 o governo paranaense ainda investia diretamente no estabelecimento de colônias agrícolas. De acordo com Balhana, este investimento tinha intenção de introduzir e legitimar um modelo de sociedade, em suas palavras:

O sistema de colonização estrangeira no Paraná, desde o tempo da Província, pretendia estabelecer no Estado uma “civilização” camponesa, à maneira da Europa. Formavam-se colônias com distribuição de terras para a agricultura, no regime de pequenas propriedades agrupadas ao redor de uma aldeia, visando o abastecimento das cidades. Os colonos, que eram camponeses europeus, deveriam aqui desenvolver a mesma atividade que exerciam em seus países de origem, com as mesmas técnicas<sup>39</sup>.

Neste contexto, os discursos dos presidentes da Província do Paraná que defendíamos investimentos neste tipo de colonização, construía uma imagem positiva do imigrante e das terras do Paraná. Como exemplo disto, o relatório de Adolpho Lamenha Lins apresentado a Assembleia Legislativa do Paraná em 1876 diz que:

Por sua posição geográfica, felizes condições topográficas, amenidade do clima e fertilidade do solo, o Paraná é a província do império mais apropriada para receber em seu seio imigrantes de todos os países, colonos laboriosos que procuram novo lar e uma

---

<sup>39</sup>BALHANA, A. P. *Campos Gerais, Estruturas Agrárias*. Curitiba. UFPR, 1968.p.51.



pátria onde encontrem o seu bem estar e elementos para firmar o futuro de seus filhos<sup>40</sup>.

Nota-se que há a intenção de legitimar não apenas um projeto de colonização, mas também um projeto de sociedade, baseada em um novo modelo de propriedade e de produção, ligados a entrada do Brasil na ordem liberal que se estabelecia internacionalmente, cujas bases eram o trabalho livre e assalariado<sup>41</sup>. Para tanto, era necessária uma reelaboração no sentido do trabalho, pois na sociedade escravocrata vivida no Brasil oitocentista, o trabalho era visto de maneira negativa. Dessa forma, os imigrantes que ocuparam o Paraná são classificados como “laboriosos”, pois desenvolveram e trouxeram “progresso” a uma região antes desabitada e improdutiva.

De maneira que, nesse prisma, a liberdade era o “ócio”, e a única forma de romper com o sistema era promover a entrada do colono estrangeiro. A proposta traduzia-se numa receita para o **progresso**, via introdução do imigrante branco, livre, pacífico e trabalhador, capaz de ajudar a apurar e “tonificar” – leia-se branquear – tanto a “raça” brasileira como o trabalho. O contato com o imigrante europeu deveria servir à eliminação das máculas da sociedade brasileira e levar o elemento nacional a produzir. Lembramos ao leitor que a Colônia Assungui, antes citada, na qual o Paraná tanto investiu e em cujo êxito depositava tanta esperança, foi planejada de modo a receber não só estrangeiros de diversas origens, mas também colonos nacionais. Aos olhos dos idealizadores do grande estabelecimento, o contato previsto entre estrangeiros e nacionais deveria ser salutar<sup>42</sup>.

Estas noções acabaram colaborando para a elaboração de projetos políticos da época, que tiveram respaldo em teorias como positivismo, darwinismo e evolucionismo, surgidas na Europa ao final do século XIX. Segundo Lilia Schwarcz, na década de 1870 houve a entrada simultânea dessas teorias no Brasil. Isso fez com que se criasse uma percepção unívoca das mesmas, de tal forma que a noção de evolução social funcionou como um paradigma da época, acima das especificidades das diferentes escolas<sup>43</sup>.

Outro discurso utilizado para dar respaldo às políticas imigratórias de povoamento e colonização empreendidas no Paraná é o do “vazio demográfico”, em que suas terras são classificadas como “despovoadas”. De acordo com Lúcio Tadeu Mota, a construção dessa ideia embasava-se em formulações acadêmicas - de várias áreas como

---

<sup>40</sup>LINS, Adolpho Lamenna. *Relatório do presidente de província*. Apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876.

<sup>41</sup>SANTOS, C. R. A. op.cit., p.82-83.

<sup>42</sup>NADALIN, S. O. Op.Cit., p. 74

<sup>43</sup>SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 43.

a geografia, história, sociologia - que podemos encontrar também em manuais didáticos sobre a história do Paraná. Nas palavras de Mota:

Cria-se o vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história<sup>44</sup>.

Este discurso acabou por considerar a “população autóctone como *povos sem história* e conseqüentemente com pouco ou nenhum patrimônio a preservar”<sup>45</sup>. Isto resultou na produção de um silenciamento com relação aos grupos nativos que ocupavam a região antes da chegada de imigrantes e migrantes.

Estes discursos que acompanharam o processo de estabelecimento de migrantes e imigrantes no território paranaense foram e por vezes ainda são constantemente reproduzidos em documentos oficiais, textos acadêmicos, livros didáticos, na mídia, de forma a atender aos interesses de quem os reproduz e as demandas do período em que são reproduzidos. Assim, constitui-se uma determinada memória sobre o processo de ocupação do Paraná.

No meio acadêmico, em obras como *Um Brasil diferente (ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná)* publicada no ano de 1955, pelo sociólogo Wilson Martins e *História do Paraná* publicada pela primeira vez 1966, pelo historiador Ruy Wachowicz, é possível identificar esse tipo de narrativas. Nelas, as identidades coletivas da população paranaense são tratadas como substancias. Em geral, estas obras contribuem para a manutenção da interpretação dominante a respeito da população e do estado, na qual o Paraná seria um grande “mosaico de etnias”, onde várias “etnias” contribuíram para o progresso do estado e nele conviveram harmonicamente<sup>46</sup>. É possível perceber este discurso no seguinte trecho da obra já citada de Wachowicz:

A presença em território paranaense de grupos étnicos tão numerosos e das mais diversas procedências deu ao Estado uma característica toda especial. Provavelmente, o Paraná é o maior laboratório étnico do Brasil. Esses imigrantes representados pelas novas gerações, praticamente integraram-se à sociedade brasileira, uns mais, outros

---

<sup>44</sup>MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 2009. p.25.

<sup>45</sup> KERSTEN, M. S. A. *Os Rituais do Tombamento e a escrita da História Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*. p. 18.

<sup>46</sup> Uma possibilidade para futuras pesquisas seria investigar quando emerge este discurso do Paraná como “mosaico étnico”.

menos, todos, porém dando sua colaboração para transformação da cultura original luso-brasileira<sup>47</sup>.

Wachowicz apresenta o Paraná como “maior laboratório étnico do Brasil” ressaltando a presença de varias “etnias” que transformaram a “cultura original luso-brasileira”. Nesta última afirmação, a presença indígena é completamente ignorada e ressalta-se a cultura luso-brasileira como “original”, como se a história do Brasil começasse a partir da ocupação portuguesa.

Discursos semelhantes, tantas vezes repetidos, e com ressonância em trabalhos acadêmicos como os de Wachowicz e Martins, fixaram uma memória a respeito da ocupação do estado do Paraná. Isso pode ser verificado, também, na seguinte declaração proferida por Bento Munhoz da Rocha Neto, cerca de 70 anos depois do discurso de Lamenha Lins apresentado acima, por ocasião das comemorações do Centenário de Emancipação do Paraná, em 1953:

(...) A vós todos um recado do Paraná para o Brasil: Isto aqui tem características regionais nossas, específicas. Temos manchas louras, gente loura de olhos azuis, mas que é tão brasileira quanto aquela que mais o seja. Temos aqui brasileiros de sobrenomes muito complicados, mas que se honram deste nosso Brasil, como nós outros que possuímos sobrenomes portugueses<sup>48</sup>.

Neste fragmento, e em todos os outros apresentados, é possível observar a construção de uma imagem para o estado do Paraná que o ressalta em relação aos outros estados do Brasil devido às suas condições geográficas, climáticas, e principalmente pela sua distinta população com traços únicos, dando a entender que o Paraná é especial devido a esta diferenciação. A presença de imigrantes europeus é destacada em detrimento de outros grupos que também ocupavam o território paranaense e que não continham os traços destacados no trecho, como os indígenas nativos. Neste trecho podemos notar, também, que Bento Munhoz da Rocha Neto tenta ressaltar a brasilidade destes descendentes de imigrantes europeus que ocupam o Paraná, o que provavelmente está relacionado à Segunda Guerra Mundial, quando ocorreram manifestações hostis aos

---

<sup>47</sup> WACHOWICZ, R. C. apud STEIN, M. N. Imigração, Colônias Agrícolas e Etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná. *História: Debates e Tendências*. UPF, v. 14, n. 1, 2014.

<sup>48</sup> NETO, B. M. R. Discurso pronunciado na sessão de instalação de um dos congressos comemorativos do centenário. In: *Ilustração Brasileira*. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV, N.º 224. Rio de Janeiro: Edição da S. A. “O Malho”. 1953. p. 19.

alemães e seus descendentes<sup>49</sup> e também em função da política de nacionalização, implementada durante o Estado Novo.

Narrativas como estas se fazem presentes em vários veículos de mídia impressa paranaense, ao longo do século XX. Nelas a população que compõe o estado é retratada como resultante do encontro de várias “etnias”, que convivem harmoniosamente, compondo o chamado “mosaico étnico”.

Na revista *Etnias no Paraná* não é diferente. Ao analisar os discursos nela presentes, busca-se problematizar a construção de uma determinada narrativa sobre o passado do Paraná que fixa uma identidade para o mesmo como sendo uma “terra de todas as etnias”. Dessa forma, no capítulo seguinte buscaremos discutir o contexto de produção desta revista, bem como a conjuntura maior que envolve a elaboração de políticas de preservação de patrimônio em que sua produção se insere.

---

<sup>49</sup> PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

## CAPÍTULO 2

### Paraná: “Terra de todas as Gentes”

Todo projeto de preservação patrimonial resulta de exercício do poder, ainda que em muitos casos, a sua justificativa seja apresentada em nome do perigo de destruição ou de hipotéticos valores que todos devem acatar e reconhecer. Isso fica patente na construção de marcos patrimoniais corporificados no espaço e mantidos no tempo, perpetrada por movimentos sociais com diferentes orientações ideológicas. Tudo isso facilita a compreensão de que não basta querer democratizar o acesso ao patrimônio cultural consagrado como portador dos valores simbólicos da nacionalidade, é preciso ir mais longe. É preciso compreender junto com J.R.S. Gonçalves (1996), a retórica dos discursos sobre o processo de construção do patrimônio cultural, e por esse caminho, favorecer a construção de novos patrimônios, de novas possibilidades de apropriação cultural<sup>50</sup>.

No capítulo anterior, abordamos a vinda e fixação de migrantes e imigrantes no Paraná e alguns discursos que acompanharam este processo. Neste capítulo desenvolveremos a análise da revista *Etnias no Paraná*. Mas antes pretendemos discutir os discursos que acompanharam a formulação das políticas oficiais ligadas à preservação e definição de bens patrimoniais no Paraná. Esta contextualização se faz necessária tendo em vista a ligação da elaboração desta revista e de outros materiais comemorativos com políticas de preservação de patrimônio e memória.

#### **2.1. Políticas de preservação de patrimônio no Paraná: algumas ações da gestão de Álvaro Dias (1989)**

Ao tratar sobre os bens tombados no Paraná entre os anos de 1938 e 1990, Marcia Kersten contextualiza o processo de definição de bens patrimoniais. Segundo esta autora, as políticas patrimonialistas do país foram orientadas pelo órgão Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, na década de 30 do século XX. Personagens como Mário de Andrade e Lúcio Costa colaboraram para a criação deste órgão, bem como para a implantação do decreto conhecido como *Lei do Tombamento*<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup>CHAGAS, M. Cultura Patrimônio e memória. *Congresso internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus*. Imprensa oficial do Estado, São Paulo, 2002.

<sup>51</sup>BRASIL. Constituição dos estados unidos do Brasil (1937). Decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico do Paraná. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) acessado em: 30 de setembro de 2014.

Os temas relacionados à cultura e ao patrimônio não raro convergiam para a discussão da *identidade nacional*, marcada por uma perspectiva linear que via o passado da nação, sua tradição e sua história nascerem com o *descobrimento* e a *colonização*<sup>52</sup>.

A definição de bens patrimoniais no Paraná na década de 1930 inseria-se neste contexto de busca por uma identidade nacional para o País. Contudo, de acordo com Kersten, houve dificuldades em enquadrar o Paraná no conjunto do chamado *patrimônio nacional*. A autora aponta alguns motivos para esta dificuldade, um deles é o fato de não haver vínculos solidários entre os grupos que viviam no Paraná. Outro motivo, elencado pela autora, é que não houve um grupo hegemônico que agisse como mecenas e financiasse produções artísticas da chamada *cultura popular* neste estado.

Nas décadas de 1920 e 1930, surge no Paraná um movimento intelectual que visa estabelecer e valorizar elementos característicos de uma “regionalidade” paranaense, o Movimento Paranista<sup>53</sup>. Romário Martins, que foi um dos intelectuais que conduziram este movimento, define o que é ser *paranista* no seguinte trecho:

Paranista é aquele que em terras do Paraná lavrou o campo, vadeou uma floresta, lançou uma ponte, construiu uma máquina, dirigiu uma fábrica, compôs uma estrofe, pintou um quadro, esculpiu uma estátua, redigiu uma lei liberal, praticou a bondade, iluminou um cérebro, evitou uma injustiça, educou um sentimento, formou um perverso, escreveu um livro, plantou uma árvore<sup>54</sup>.

Nota-se a tentativa de enaltecer alguns elementos presentes em parte da população, a fim de considerá-los característicos dos paranaenses. A partir destes elementos pretendia-se criar uma identidade regional. Neste sentido, o papel dos intelectuais do Movimento Paranista foi divulgar discursos e símbolos das “tradições” do Paraná<sup>55</sup>. Etelvina Trindade criou o termo “paranidade”, que mais amplo que “paranismo”, pretende denominar o sentimento ufanista envolvido na elaboração destes discursos de identidade regional paranaense<sup>56</sup>.

Segundo Trindade, o discurso fundador da “paranidade” teria sido forjado

---

Mais informações ver: KERSTEN, M. S. A. *Os Rituais do Tombamento e a escrita da História Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*. p.17.

<sup>52</sup>KERSTEN, M. S. A. *Os Rituais do Tombamento e a escrita da História Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*.p. 16.

<sup>53</sup>TRINDADE, E. M. C.; ANDREAZZA, Maria L. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

<sup>54</sup>MARTINS, R. Mensagem do Centro Paranista ao Presidente do estado Dr. Affonso Camargo, 1927. Apud TRINDADE, E. M. C.; ANDREAZZA, M. L. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

<sup>55</sup>BAHLS, A. V. S. *A Busca de Valores Identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, UFPR, 2007. Tese de Doutorado.

<sup>56</sup>Idem.

devido aos debates em prol da emancipação do Estado do Paraná, pois havia uma necessidade das autoridades que defendiam a emancipação em se afirmar perante a província de São Paulo e de provar que o Paraná também seria capaz de atingir bons “níveis de desenvolvimento”<sup>57</sup>. A historiadora Aparecida Vaz da Silva Bahls interpreta este processo da seguinte maneira:

A pretensão à elaboração de uma identidade seja ela relativa à nação, ao Estado, à Província, essa busca de valores capazes de unir a sociedade, por meio de um sentimento de pertencimento, encontra-se presente na literatura e na história nacionais da segunda metade do século XIX. Aos poucos, a antiga Comarca de São Paulo procurava consolidar-se como unidade autônoma e singular da nação brasileira, almejando atingir um patamar aceitável de desenvolvimento. Desse modo, a Província do Paraná tentava operar transformações que pudessem elevá-la aos padrões de civilidade, semelhantes aos das principais capitais brasileiras<sup>58</sup>.

Assim, desde a emancipação da província, houve o esforço de construir por meio de narrativas como a “paranidade”, uma identidade que fornecesse a “coesão” à população do Estado do Paraná. A cristalização destes discursos e símbolos, dentre outros componentes, colaboraram para a escolha dos bens patrimoniais no Paraná.

Desta maneira, a reflexão de Márcia Karsten direciona-se de forma a mostrar que os discursos e as ações que definiram os padrões estéticos valorizados pelas políticas de patrimônio no Paraná, ao longo das primeiras décadas do século XX, buscavam amenizar as diferenças e a desigualdade social dos grupos que ocuparam este território.

Se durante um longo período as ações patrimonialistas pensaram a história do Estado sob uma perspectiva genealógica, baseada no culto a fatos e personagens e no engrandecimento do *espírito paranaense*, mais recentemente tentaram recuperar as especificidades da imigração. Um novo discurso baseado em antiga orientação: incorporar o Estado no *concerto das nações civilizadas*. A história e a memória do *outro*, do *imigrante*, fortaleceram particularidades e exaltaram aspectos que, num primeiro momento, excluíram alguns grupos por razões biotípicas, raciais ou socioeconômicas. Em síntese, no entanto, prevaleceu uma imagem folclorizada do imigrante. Um bom exemplo constitui a divisão espacial promovida em Curitiba por ocasião da comemoração dos 300 anos da cidade: portais e parques

---

<sup>57</sup>TRINDADE, E. M. C. Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional. *Revista da SBPH*. Curitiba, n.13, p.65, 1997.

<sup>58</sup>BAHLS, A. V.S. Op. Cit. p. 26.

étnicos em todos os quadrantes “presentificaram” a origem dos diferentes grupos<sup>59</sup>

Sem desconsiderar a importante participação dos imigrantes na constituição da população paranaense, é importante perceber que a escolha de determinada memória para ser presentificada reflete um exercício de poder. Isto acaba por silenciar a memória de outros grupos que também estiveram presentes na composição da população paranaense, o que nos remete as considerações de Carlos Chagas, apresentadas na epígrafe deste tópico, bem como a seguinte reflexão de Jacques Le Goff:

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores<sup>60</sup>.

Discursos como os apresentados neste subcapítulo e no 1.2, muitas vezes são tidos como história oficial, que de acordo com Bahls acaba se transformando em “uma memória coletiva oficializada”. Estes discursos forjadores de uma identidade regional, como os de “paranidade”, são constantemente rememorados em datas comemorativas, o centenário da emancipação do estado do Paraná, em 1953, foi um exemplo de um destes marcos. Por ocasião desta data, foram tombados monumentos, impressos materiais comemorativos, realizadas apresentações de danças “típicas”, dentre outras ações que buscavam legitimar a “memória coletiva oficializada” de um Paraná “aberto às influências externas”, de um Paraná de “Todos os povos”. Segundo Bahls:

(...) destacamos a figura de Munhoz da Rocha, intelectual e político, e mentor da tentativa de construção de um “novo Paraná”, como ele mesmo qualificou as mudanças que estavam acontecendo no Estado, às vésperas de celebrar seus cem anos. A memória que se queria perpetuar estava baseada nos ideais de modernidade e de progresso, valorizando o trabalho dos europeus, que se tinha em mente em perpetuar, em 1953<sup>61</sup>.

Como vimos no subcapítulo 1.1, em 1953, Bento Munhoz da Rocha Neto retomou o plano de colonização estrangeira, principalmente europeia, no Paraná. Neste sentido, procura retomar o discurso de “paranismo” a fim de legitimar com base no passado, seus planos do presente e projeções de futuro. Discursos com esta

<sup>59</sup> KERSTEN, M. S. A. Op.cit.p 20.

<sup>60</sup> LE GOFF, J. 1924. *História e Memória*. Editora da UNICAMP, 1992.

<sup>61</sup> BAHLS, A. V.S. Op. Cit. p. 196.



característica foram disseminados ao longo do século XX e colaboraram para a escolha de bens patrimoniais de vários governos que sucederam Munhoz da Rocha Neto, inclusive o de Álvaro Dias em atividade no período de publicação da revista estudada.

## **2.2 Revistas Etnias no Paraná: uma análise sobre a construção de representações identitárias para a população paranaense**

A revista *Etnias no Paraná* está na esteira destas narrativas que vem sendo (re) produzidas desde a emancipação do Estado, e que mantém estas mesmas características do imigrante folclorizado ao qual se remete Márcia Karsten. Discursos com esta característica disseminados ao longo do século XX colaboraram na escolha e estabelecimento de políticas patrimoniais de vários governos. Assim, faz-se necessário investigar o contexto de produção desta fonte, as realizações do governo Álvaro Dias, em exercício no período de publicação da revista (1989), suas mensagens e ações, principalmente no que diz respeito a políticas patrimoniais.

Na década de 80, no campo político, o Brasil passava por um processo de redemocratização após o longo período de Ditadura Militar (1964-1985). O Paraná se inseria neste contexto de reabertura política, que oportunizou que mais partidos, além dos dois que antes dominavam o cenário político, participassem das eleições para governador de estado<sup>62</sup>, que a partir de 1982, passaram a ocorrer de maneira direta<sup>63</sup>. Dessa forma, em 1983 foi eleito José Richa (PMDB), sucedido por Álvaro Dias<sup>64</sup> (PMDB) que cumpriu o mandato entre os anos de 1987 e 1991<sup>65</sup>.

Feita esta breve contextualização, daremos enfoque às políticas culturais implementadas na gestão de Álvaro Dias, pois dentre elas se inclui o incentivo à publicação do material analisado. A concepção de cultura, bem como as ações relacionadas à preservação de patrimônio histórico e cultural desta administração, ficam claras na mensagem enviada por este governo à Assembleia Legislativa do Paraná no ano de 1988.

A transição política que opera no país, a partir do final dos anos 70, tem reflexos diretos na área cultural. A libertação do longo período de opressão intelectual que marcou os anos da repressão ditada pelo

---

<sup>62</sup>Para melhor compreensão do processo eleitoral estadual na década de 80 ver MAGALHÃES, Marion Brepohl de. *Paraná: política e governo*. Coleção História do Paraná. Curitiba: SEED, 2001.

<sup>63</sup>LIMA, E. P. S. O neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico. *Revista História Regional*. v.11, n. 1, 109-124, 2006.

<sup>64</sup>Atual senador da república representando o Estado do Paraná.

<sup>65</sup> LIMA, E. P. dos S. Op. cit. loc.cit.

regime autoritário estimulou a capacidade criadora da sociedade. Dentro deste panorama, a ações do Governo na área da cultura caracterizou-se pela implementação de um vasto programa de trabalho, identificado com as propostas políticas que pressupõem a expressão desses limites de liberdade.

A política que dá suporte a esse programa assenta-se na concepção de que *cultura* não é sinônimo de lazer, não é ornamento social, não pode ser vista como simples distração do espírito: *é um fenômeno de massas e deve significar a integração do espírito de uma sociedade em uma determinada época.* (DIAS, 1988) (grifo nosso).

No início do trecho é marcada a ruptura da gestão de Álvaro Dias com relação ao período ditatorial ao afirmar que não mais se estabelecerão limites para a liberdade de expressão. Contudo, o Festival Folclórico e de Etnias no Paraná<sup>66</sup> recebe apoio do governo desde a década de 60<sup>67</sup>, o que nos leva a questionar se as políticas culturais que a administração de Álvaro Dias defende realmente seguem a contra mão das apoiadas no período ditatorial.

No trecho grifado, a concepção de cultura defendida relaciona-se com a preservação de uma determinada época, em que o “espírito de uma sociedade” se “integrou”. A partir desta perspectiva, a administração de Álvaro Dias executou uma série de políticas relacionadas à preservação de patrimônio histórico e cultural, dentre as quais podemos citar o decreto Nº 6.528 de 1990 que aprovou o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC, conferindo-lhe as seguintes atribuições:

Art. 1º - A Secretaria de Estado da Cultura - SEEC, nos termos da Lei n.º 8.485, de 03 de junho de 1987, constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, e tem por finalidade coordenar e promover as atividades concernentes à área cultural.

Art. 2º - Para o cumprimento de suas finalidades, à Secretaria de Estado da Cultura caberá:

I – a promoção e a difusão da cultura em todas as suas manifestações;

II – o estímulo e a orientação às atividades culturais dos Municípios;

III – a captação e a aplicação dos recursos públicos e privados, para a instalação e a manutenção de bibliotecas, museus, teatros e outras unidades culturais;

IV – o apoio para a constituição de grupos voltados a todas as formas de manifestação cultural e artística;

<sup>66</sup> Pretendemos dar continuidade a esta pesquisa nos aprofundando mais na história deste festival, buscando por fontes em acervos dos grupos folclóricos participantes do festival.

<sup>67</sup> Informação obtida no sítio do evento: <http://www.aintepar.com.br/index.html> acessado em 30 de agosto de 2013.

V – a conservação e a ampliação do patrimônio cultural, compreendendo a preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, além de monumentos, paisagens naturais e jazidas arqueológicas;

VI – a instituição e a manutenção de um sistema de informações relativo à planos, projetos e atividades desenvolvidos pela Secretaria;

VII – o incentivo à organização e à divulgação de estudos, pesquisas e quaisquer outros documentos de interesse para a cultura paranaense;

VIII – o incentivo à efetiva participação da comunidade na elaboração e proposta de planos, projetos e eventos de natureza cultural;

IX – o patrocínio de edição e reedição de documentos e estudos de especial relevância para a reconstituição de eventos de grande significado cultural;

X – a concessão de bolsas de estudo, auxílios e subvenções para pesquisas e investigações na área da cultura;

XI – o estímulo e o apoio à iniciativa privada paranaense, mediante concessão de auxílios e subvenções para a realização de atividades e eventos em sua área de atuação;

XII – a regionalização da atuação setorial a nível intra e interregional, bem como a criação de mecanismos de controle destas ações;

XIII – a promoção da especialização de pessoal nas diversas áreas da produção cultural.

Parágrafo Único – A Secretaria de Estado da Cultura poderá apoiar a realização de eventos culturais em outros estados e países sempre que os mesmos contribuam para a difusão da cultura paranaense <sup>68</sup>.

Podemos perceber que dentre as competências deste decreto está “a promoção e a difusão da cultura em todas as suas manifestações”, “o apoio para a constituição de grupos voltados a todas as formas de manifestação cultural e artística”. Este decreto só entrou em vigor no ano de 1990, mas se pode observar que mesmo antes desta data o governo empreendeu ações neste sentido como o apoio e promoção do 28º Festival folclórico e de Etnias do Paraná e a publicação da revista correspondente a este evento, no ano de 1989.

Diante disso, podemos constatar que a realização de festivais folclóricos e a publicação de materiais comemorativos como a revista *Etnias no Paraná* (1989), estão relacionados a uma série de discursos e ações de preservação de patrimônio e memória no Paraná. Materiais desta natureza “cristalizaram”, na década de 80, discursos que

---

<sup>68</sup>BRASIL, PARANA. Decreto nº6.528, de 25 de janeiro de 1990. Estabelece o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC. Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis\\_e\\_Decretos/DEC6528.pdf](http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/Leis_e_Decretos/DEC6528.pdf). Acessado em 20/07/2014

desde a emancipação do Estado, “buscaram definir estratégias que atenuassem as contradições e os conflitos decorrentes das diferenças e, sobretudo da desigualdade social<sup>69</sup>”.

O Festival Folclórico e de Etnias do Paraná é realizado desde 1961 pelos integrantes da AINTEPAR (Associação Inter-Etnica do Paraná), no Teatro Guaíra, em Curitiba, com o apoio do governo do estado e secretaria de cultura. Trata-se de um festival de danças “típicas” em que vários grupos classificados como etnias, se reúnem para mostrar que mantêm “preservadas” as tradições de seus grupos de origem. Ao longo deste capítulo, será analisada a revista comemorativa *Etnias no Paraná*, uma publicação referente a 28ª edição deste festival, realizado no ano de 1989.

Tanto a realização do evento quanto a publicação da revista, contaram com o patrocínio do Banco do Estado do Paraná (Banestado) e com a promoção do Governo do Paraná, Secretaria de Estado da Cultura, de ação cultural e divisão de folclore e artesanato, da época.

A revista divide-se em oito textos intitulados “Gaúchos no Paraná”, “Os Germânicos no Paraná”, “Os Holandeses no Paraná”, “Os Italianos no Paraná”, “Os Japoneses no Paraná”, “Os Poloneses no Paraná”, “Os Portugueses no Paraná” e “Os Ucranianos no Paraná”. Estes textos são escritos pelos integrantes dos grupos folclóricos da AINTEPAR (Associação Inter Etnica do Paraná). Além destes, há também três textos de apresentação escritos pelo Governador do Estado na época, Álvaro Dias, pelo ex-secretário de Estado e da Cultura, René Ariel Dotti<sup>70</sup> e pelo Diretor Presidente do Banco Banestado, daquele período, Carlos Antônio de Almeida Ferreira.

Nossa análise sobre os discursos de identificação presentes na revista apoia-se em reflexões de Stuart Hall. Segundo ele, discursos de identificação, ao serem produzidos e divulgados, atendem a determinados interesses e apresentam uma determinada visão de mundo, portanto não são neutros.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora dos discursos que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas<sup>71</sup>.

<sup>69</sup> KERSTEN, M. op. cit., p.19.

<sup>70</sup> Ocupou o Cargo de Secretário de Estado e Cultura na administração de Álvaro Dias como governo do Estado (1987-1991). Atualmente, é professor Titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná.

<sup>71</sup> HALL, S. Quem precisa da identidade?. In: *Identidade de Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Nessa perspectiva, as narrativas sobre cada um dos grupos de migrantes e imigrantes presentes na revista remetem a um passado comum, que dá embasamento para a construção de suas as identidades culturais, garantindo sua manutenção e continuidade. Nesse sentido, com base em Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, partimos do pressuposto de que as fronteiras étnicas e/ou culturais não são naturais e nem estáticas. Com base nos estudos de Frederick Barth, tais autores afirmam que:

Há de convir, com Barth, que a etnicidade é uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que se acha validada na interação social pela ativação de signos culturais socialmente diferenciadores<sup>72</sup>.

Etnicidade, portanto, é uma categoria de classificação das pessoas em função da sua suposta origem, por meio de signos culturais socialmente diferenciadores. Sob esta ótica, a etnicidade é construída pela diferença.

Isto posto, iniciaremos esta análise pelos textos de apresentação da revista, escritos por integrantes da administração do estado, no ano de 1989. O primeiro texto, assinado pelo ex-governador Álvaro Dias, declara:

O Paraná é um dos Estados da Federação de melhores possibilidades de bom sucesso nas mais diversas áreas de atuação social. Mercê de seu governoso povo e das condições de seu clima e de sua expressão econômica e social, a “terra de todas as gentes” merece um lugar destacado no cenário brasileiro e na perspectiva do futuro. Em função de um conjunto de qualidades de sua gente e de sua atual administração, é possível afirmar que “no Paraná o Brasil é levado a sério”.

Diante de tão generosas qualificações, é gratificante para o Governo do Estado a constatação de que os eventos culturais, independentemente de sua natureza e extensão, caracterizam as faces da sensibilidade e da alegria da população, como é exemplo o Festival Folclórico e de Etnias.

No ano em que o nosso país comemora o centenário da Proclamação da República, com destaque para seus heróis e mártires, o Paraná sente-se orgulhoso em patrocinar espetáculos tão enriquecidos de emoção como o festival folclórico e de etnias. Neste momento de grandes desafios para a vida nacional, o Paraná recebe carinhosamente os estilos e as expressões de outros povos para a confraternização de ideias e comunhão de esperanças<sup>73</sup>.

As palavras do governador constroem uma narrativa que liga o presente e as perspectivas de futuro da população paranaense com a “sólida” base de um passado,

<sup>72</sup>POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.p.140.

<sup>73</sup>*Revista Etnias no Paraná*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1989. p. 141.

comum a todos. Diferencia as condições climáticas, econômicas e sociais deste estado em relação aos outros estados do país, ressaltando que o Paraná “merece um lugar destacado no cenário brasileiro”, devido a esta diferenciação. Caracteriza o Paraná como “Terra de todas as gentes” e afirma que este se orgulha de receber diferentes “estilos e expressões de outros povos para a confraternização de ideias e comunhão de esperanças.”, repetindo e reforçando a noção de um estado composto pelo chamado “mosaico étnico”. Observa-se, também, que o Paraná é representado como um lugar de convivência harmoniosa entre os vários povos que se fixaram em seu território, constituindo a memória de um lugar onde não há conflitos. A utilização dos termos “comunhão de esperanças”, pode indicar relação com o momento de abertura política pelo qual o Brasil passa muito ressaltado na mensagem de Álvaro Dias à Assembleia Legislativa em 1988, analisada acima.

A René Ariel Dotti, então secretário de Estado e Cultura, assina uma página de apresentação para a revista:

Uma política cultural do Estado preocupada em estabelecer princípios e regras necessários ao melhor desenvolvimento das artes e da literatura não pode omitir a realização de eventos que representem os anseios de grandes setores da comunidade.

O Festival Folclórico e de Etnias do Paraná que todos os anos é promovido pelo Governo do Paraná - Secretaria de Estado e Cultura é um desses importantes acontecimentos que traduz as expressões da música e da dança de países que fraternalmente convivem em nosso Estado e contribuem valorosamente para o seu desenvolvimento. Pela sua ressonância e pelos seus méritos o Festival Folclórico e de Etnias, foi destacado por recente Decreto do governo do Estado como um de seus eventos permanentes, isto é, como atividade de obrigatória realização. É muito significativo considerar também que a organização do evento conta com a indispensável atuação de setores privados interessados na difusão da cultura de seus países de origem. Esse aspecto caracteriza a dedicação e a luta que a tradição de outros continentes assume e representa no movimento internacional.

Sob outra perspectiva o Festival Folclórico e de Etnias vale como projeto de integração racial na medida em que, sem discriminações é construído por diversas variantes de cultura e de História. Por isso mesmo que o evento não tem caráter competitivo. Trata-se de um exemplo muito significativo, no momento histórico em que muitos países vivem em regime de guerra fria declarada e assumida<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup> Idem. Ibidem.

O texto do ex-secretário de Estado e Cultura defende uma política cultural de estado que pretende desenvolver “princípios e regras” para as artes e para a literatura. Esta afirmação nos leva a questionar sobre quais seriam estas regras que “adequariam” as expressões culturais a um determinado padrão, ou ainda, é possível interpretar que apenas expressões folclóricas seriam consideradas manifestações artísticas. Novamente, há a intenção de mostrar o Paraná como um Estado multiétnico, sempre reforçando a ideia de “integração racial” e não de “mistura” ou “miscigenação”.

Dotti afirma que o Festival folclórico e de Etnias no Paraná “é um desses importantes acontecimentos que traduz as expressões da música e da dança de países que fraternalmente convivem em nosso Estado e contribuem valorosamente para o seu desenvolvimento”. Neste trecho refere-se a “países que convivem” no Paraná e não a “descendentes de imigrantes” que convivem no Paraná. A maneira como o discurso é escrito causa a impressão que mesmo decorridos cerca de 130 anos do início dos investimentos em imigração no estado, nunca houve uma “mistura” da população e as características dos grupos que povoaram a região continuam estáticas, nunca transformadas. Outro aspecto a se destacar é que ao assegurar que no Paraná convivem “fraternalmente” povos de vários países são silenciados possíveis conflitos existentes entre estes grupos, diferenciando-se o que aconteceria no Paraná do que estaria ocorrendo outras localidades devido ao contexto de Guerra Fria.

O terceiro e último texto de apresentação é de Carlos A. de Almeida Ferreira, que em 1989 era Diretor Presidente do Banco Banestado. Ele inicia o texto afirmando que uma empresa moderna deve ter comprometimento com o desenvolvimento da comunidade em que se encontra, e não apenas com lucros. Em seu texto, evidenciamos o seguinte trecho:

(...) O apoio ao festival segue esta linha de pensamento. É mais uma promoção que mostra o que o Paraná tem de mais rico e significativo nas suas tradições culturais. Somos afinal um imenso laboratório multirracial de 200 mil quilômetros quadrados onde convivem harmoniosamente, grande parte das etnias do planeta<sup>75</sup>.

A caracterização do Paraná como um "imenso laboratório multirracial" nos remete à lembrança do texto de Wachowicz, citado no primeiro capítulo deste trabalho (p.21). O interessante é que, assim como no texto de René Ariel Dotti, este laboratório não é caracterizado pela mistura entre todos estes grupos, mas sim que pela convivência

---

<sup>75</sup>Revista etnias no Paraná. Op. Cit.

harmoniosa dos mesmos, que mantiveram suas particularidades ao longo do tempo e através das gerações.

Nos três discursos é possível perceber que o Paraná é representado como um estado constituído de diferentes povos que preservam - e devem continuar preservando - as “tradições” de seus antepassados, tais quais eram no passado. Ou seja, cria-se uma memória coletiva a respeito da população do Paraná por meio de um discurso comemorador. Segundo Todorov, existem três tipos de discurso que organizam os vestígios do passado. O da testemunha, que se preocupa com o acontecimento em si, a partir de suas lembranças, podendo omitir, reter, deformar os acontecimentos. O do historiador, que tem o intuito de interpretar e analisar o passado, lançando-o um olhar crítico, sem perder de vista sua subjetividade. E o terceiro que seria o do comemorador que tem como foco construir uma memória coletiva, ou seja, não tem compromisso com a "verdade" nem com os métodos<sup>76</sup>.

(...) a memória, no sentido de vestígios do mnésicos, é sempre e unicamente individual; a memória coletiva não é uma memória, mas um discurso que evolui no espaço público. Esse discurso reflete a imagem que uma sociedade ou grupo dentro da sociedade querem dar a si mesmo<sup>77</sup>.

Nessa perspectiva, tanto o historiador como o comemorador produzem discursos a serem apresentados na esfera pública. Contudo, o historiador submete os vestígios a exames e análises críticas, em busca seus múltiplos significados, já o comemorador busca adaptar o passado aos seus objetivos do presente.

Portanto, a memória coletiva deve ser entendida como historicamente construída por indivíduos em prol de determinados objetivos, no caso da dos textos das autoridades que apresentam a revista *Etnias no Paraná*, é possível perceber a tentativa de se construir uma memória comum que relacione o passado do imigrante com o futuro do estado.

Em seguida, temos os discursos sobre os diferentes grupos, classificados como “etnias”. O primeiro texto apresentado na revista é sobre o grupo intitulado “Os Gaúchos no Paraná”, único texto que remete a um grupo “nacional”.

Adotando esse amplo horizonte por morada e a atitude de livre do índio, os gaúchos viviam nas fronteiras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre Entre Rios e Santa Fé, na Argentina e no Uruguai. O gaúcho era o homem das fronteiras no Sul, com traços que

<sup>76</sup>TODOROV, T. Memória do Mal tentação do bem. SP: ARX, 2002.

<sup>77</sup> Idem.



hora remetiam aos portugueses e espanhóis, mas que também tinha a mestiçagem com o índio, em menor grau, e mais tarde com o negro. Mais do que o tipo físico, o jeito de viver em razão do trabalho na campanha, com o gado vacum principalmente e depois o carneiro, montado a cavalo, portanto valores e atitudes do homem integrado à natureza aberta, o gaúcho passou a se constituir<sup>78</sup>.

Neste sentido, o texto caracteriza como “gaúchos” todos aqueles que adotaram a “atitude livre do índio” que viviam “nas fronteiras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná” e que segue “valores e atitudes do homem integrado à natureza”. O “gaúcho” é caracterizado como forte, viril, resultante da *mistura* entre espanhóis, portugueses índios e negros. Cabe indicar que, índios e negros são brevemente citados apenas neste texto e no referente a “Os Portugueses no Paraná” e suas particularidades não são apresentadas como ocorre com outros grupos étnicos presentes na revista, bem como não se indica “convivência harmoniosa” deles com os outros grupos, nem suas “contribuições”. Vale ressaltar que este é um dos raros momentos na revista em que a noção de “mistura” é usada e forma efetiva com o sentido de miscigenação.

O gaúcho é o único grupo “nacional” que ocupa espaço, ao lado de imigrantes, na revista. Há, neste sentido, um silenciamento em relação a outros grupos brasileiros, pois é ressaltada apenas a ocupação sulista no Paraná, sendo, portanto, deixados de lado os grupos vindos de outras regiões, como por exemplo, do norte e nordeste, ou grupos que lá já viviam. O Oeste e Norte do Estado são exemplos deste tipo de ocupação<sup>79</sup>.

Sobre “os Portugueses no Paraná”:

Durante o período colonial e até o final do Império o Brasil era Português na maioria da população livre, nos usos e costumes, nas instituições culturais, políticas e religiosas. Substancialmente poucas coisas mudaram durante o Império, apesar da crescente influência inglesa e francesa. Na verdade, a imigração portuguesa pode ser pensada a partir de meados do século XIX, e alguns dos quais remigraram para o Paraná, geralmente vindos de São Paulo, sede da comarca até 1853<sup>80</sup>.

Neste fragmento, verificam-se as noções de uniformidade e continuidade com relação à ocupação portuguesa. É uma narrativa que visa conectar a história do Paraná com a história do Brasil. O texto causa a impressão de que a ocupação portuguesa teria ocorrido de maneira uniforme por todo o território brasileiro. Não menciona, por exemplo, que a área onde atualmente localiza-se o Paraná, após o tratado de

<sup>78</sup>Revista *etnias no Paraná*. Op. Cit.

<sup>79</sup>TOMAZI, N. D. *Norte do Paraná*. História e Fantasmagorias. Tese (doutorado em História) Curitiba: UFPR, 1997.

<sup>80</sup>Revista *Etnias no Paraná*. Op. Cit.

Tordesilhas, estabelecido entre Espanha e Portugal no final do século XV, pertenceu à Espanha.

No trecho seguinte são atribuídas as seguintes características aos imigrantes portugueses: “São portugueses de origem humilde e camponeses dispostos a enfrentar qualquer trabalho, embora uma parte logo se dedique ao comércio”. A aptidão ao comércio é considerada algo natural ou inerente aos portugueses. Nos parágrafos seguintes do texto afirma que a cidade de Paranaguá é o lugar do Paraná de maior herança lusitana e mais traços culturais portugueses. No último parágrafo, justifica que não há mais tantos nomes de origem portuguesa na cidade de Curitiba devido à “cosmopolitização” da cidade que os faz “ceder espaço” para os nomes de imigrantes de outras origens como poloneses, alemães, ucranianos, entre outros.

Aos outros grupos elencados na revista são destacados elementos materiais ou de sua personalidade que contribuíram para a constituição do Paraná como estado de sucesso e “progresso”, e que fazem de cada grupo diferentemente especial. Isto pode ser constatado a partir dos trechos a seguir:

Sobre “os Italianos no Paraná”:

Se alguém disser que foram os italianos que inventaram o gesto, o teatro, o canto, o vinho e as massas comestíveis não conhece história, mas pode conhecer bem os italianos. Afinal, essas coisas fazem parte da alma italiana, de sua cultura<sup>81</sup>.

Sobre “os Germânicos no Paraná”:

[...] existem muitos indicadores da influência germânica em Curitiba, e que não foram exemplificados neste documento. É importante salientar consequentes influências nas mudanças de orientação artística, no estilo arquitetônico e a proliferação de edifícios com finalidades essencialmente comerciais, além das mudanças nas tradições religiosas e na própria dieta alimentar da população<sup>82</sup>.

Sobre “os Holandeses no Paraná”:

Os Holandeses são os mais recentes imigrantes do Paraná. Aqui chegaram, a partir de 1911 e fixaram-se no segundo planalto paranaense, na faixa de clima subtropical, e imprimiram sua elevada tecnologia nas atividades agropecuárias e industriais da região<sup>83</sup>.

Sobre “os Poloneses no Paraná”:

---

<sup>81</sup> Idem

<sup>82</sup> Idem.

<sup>83</sup> Idem.

(...) A imigração polonesa caracterizou-se em nosso país por ser fundamentalmente camponesa. Os camponeses poloneses transformaram as terras outrora incultas dos dois primeiros planaltos, em celeiros do Paraná. Introduziram novas técnicas agrícolas, novos instrumentos, novos produtos e uma mentalidade agrícola nova para a época. Mas o que mais caracterizou a imigração polonesa no Paraná foi a aceitação e difusão da carroça. No Paraná, esse fato gerou um ciclo intermediário entre o transporte em lombo de burro e o rodoferroviário<sup>84</sup>.

No primeiro fragmento, os italianos são classificados em função de sua alimentação e das manifestações artísticas como o canto e o teatro. A utilização de tais elementos como marcadores de identidades e como fronteiras entre os italianos e outros grupos nos leva a questionar se essas características estariam ausentes em pessoas de outras origens. Nos quatro últimos trechos é ressaltado o importante papel dos imigrantes germânicos, poloneses, holandeses e ucranianos que trouxeram o “progresso” para o Paraná. Podemos observar, também, que a presença de alguns grupos de imigrantes europeus é destacada em detrimento de outros grupos – também europeus – que ocuparam o território paranaense, como ingleses, espanhóis, suecos, dentre outros indicados nas tabelas do subcapítulo 1.1.

Assim como no texto “Os Gaúchos no Paraná”, a parte referente aos “Os japoneses no Paraná” também trata a miscigenação como a efetiva mistura dos povos, e não como apenas uma “convivência harmoniosa” entre eles. Isso pode ser percebido no seguinte trecho:

Decorridos 80 anos da entrada dos primeiros japoneses que vieram no Kasato Maru, restam poucos nacionais do Japão em território paranaense. Em contra-partida, os brasileiros de origem nipônica que constituíram a geração nissei são muito numerosos e pela facilidade e preferência que tiveram na miscigenação com brasileiros, já existe uma geração sansei, com poucos traços étnicos e culturais do Oriente<sup>85</sup>.

Outro dos elementos que chama atenção no texto “Os Japoneses no Paraná” são as fotografias, nas quais os japoneses aparecem vestidos com kimonos, em rituais orientais, como se estes permanecessem imutáveis.

---

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> *Revista etnias no Paraná*. Op. Cit.

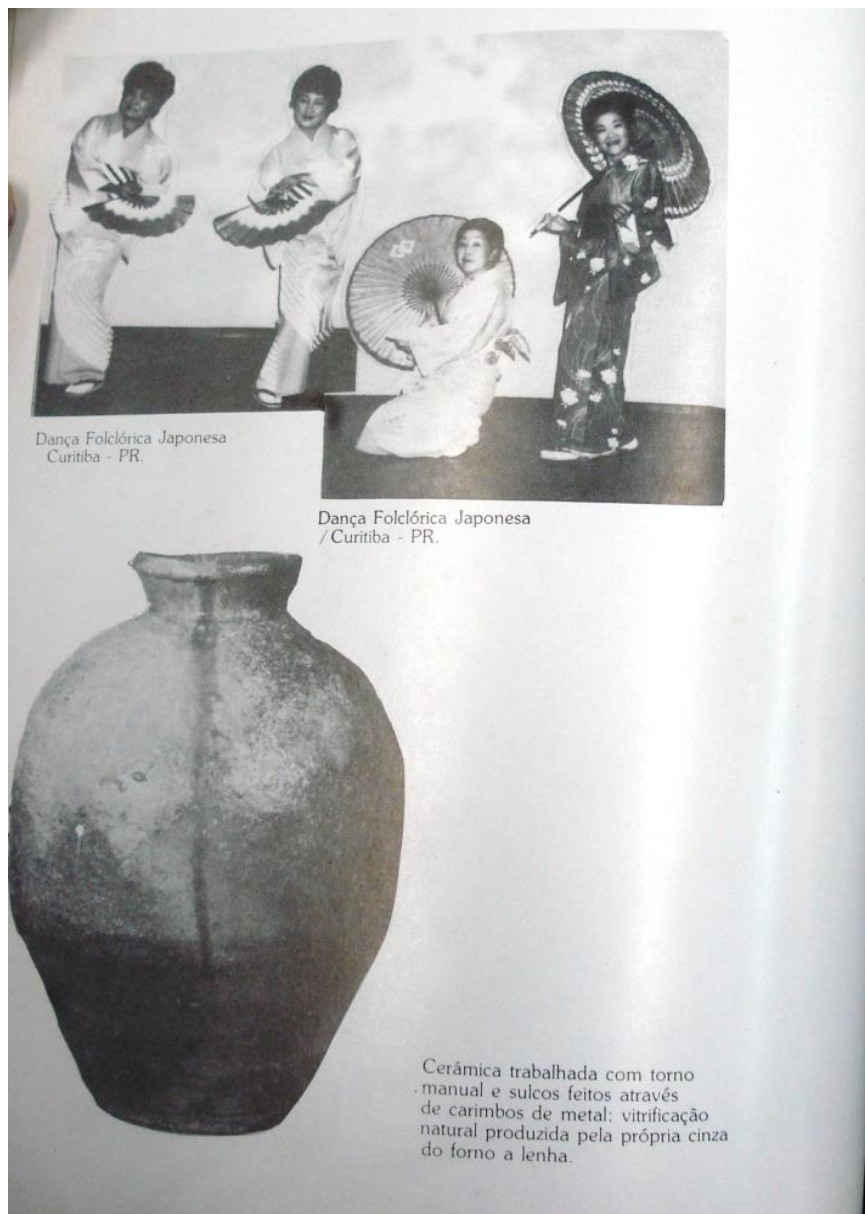


FIGURA 3. Imagens apresentadas ao final do texto “Japoneses no Paraná”.  
Fonte: *Revista Etnias no Paraná*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1989.

Assim como neste trecho, as outras matérias da revista também apresentam imagens que dialogam diretamente com os textos no sentido de ilustrar a “preservação” das “tradições”. A seguir, imagem referente ao texto “Os Germânicos no Paraná”.

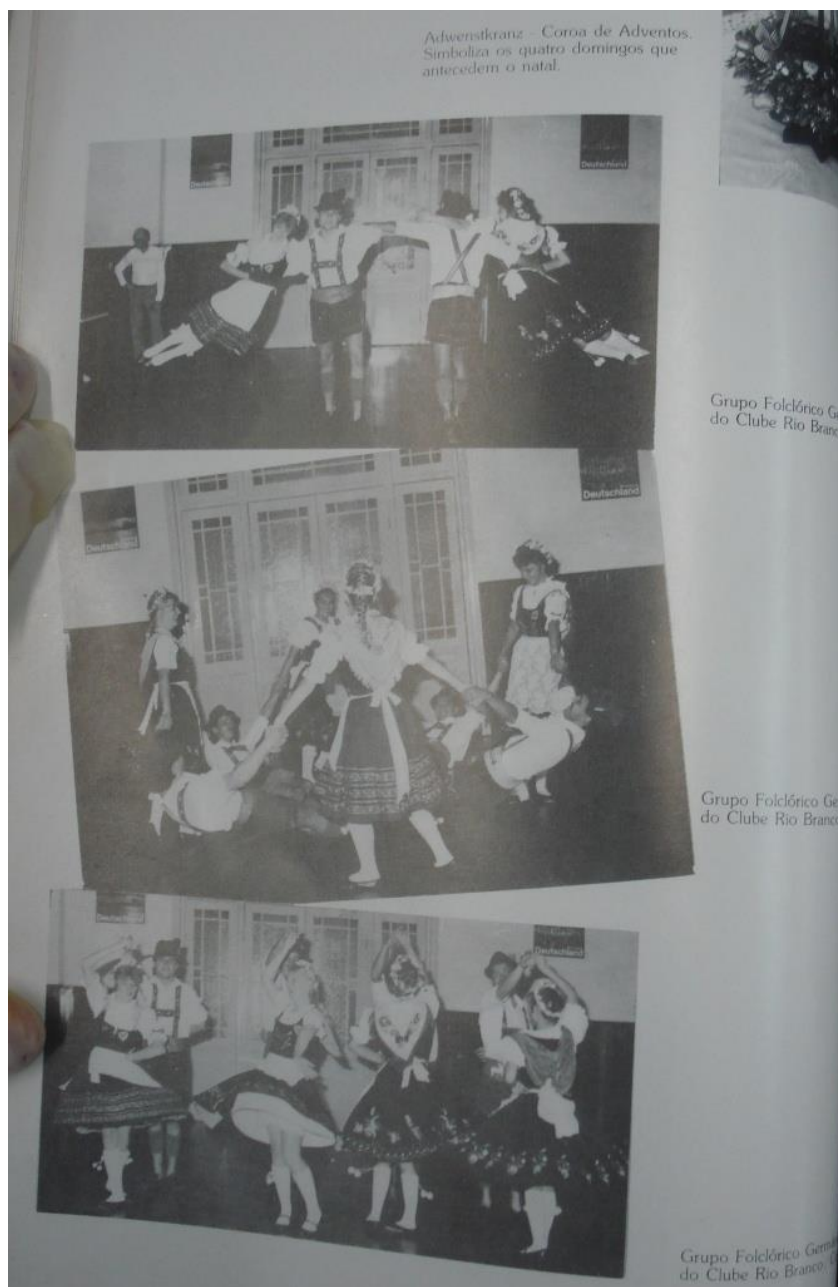


FIGURA 4. Imagens apresentadas ao final do texto “Germânicos no Paraná”.

Fonte: *Revista Etnias no Paraná*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1989.

Acerca do texto “os Ucrânicos no Paraná”, há um importante ponto a ser destacado no seguinte fragmento:

(...) Sob a proteção da ONU, que sustentou materialmente, todos os refugiados, conseguiram os ucranianos a sua imigração para o continente americano.

A maior parte deles seguiu para os Estados Unidos da América, Canadá, Argentina e outros países americanos. E no caso do Brasil, mais uma vez, o Paraná foi o Estado preferido. *A pesar das tendências de absorção pela corrente majoritária do grupo eslavo, constituída pelos poloneses, conseguiram os ucranianos, manter sua identidade cultural.* Para isso contribuíram não somente os imigrantes de após a

Primeira Guerra Mundial, mas principalmente as Igrejas, tanto católica, quanto a ortodoxa, pois através do rito conseguiram manter a unidade linguística. Ocuparam largo setor das atividades econômicas, conseguindo uma relativa prosperidade, sobretudo nas frentes pioneiras do Paraná<sup>86</sup>. (Grifo nosso).

O trecho em destaque evidencia a dificuldade que este grupo tem de manter uma “coesão”, pois nota-se o esforço em afirmar que sua cultura não deve ser confundida e/ou misturada com a de outro grupo eslavo. Isto nos faz questionar em que medida a convivência entre estes grupos no Paraná teria sido de fato “harmoniosa”, já que antes da sua chegada ao Brasil, já manifestavam divergências.

Neste trecho, há uma nítida preocupação em marcar a diferença entre a “identidade cultural” dos ucranianos e dos poloneses. Neste sentido, a identidade da população paranaense construída nos discursos da revista é marcada pela diferença. A explicação de Kathryn Woodward acerca da relação entre identidade e diferença nos ajuda a compreender o trecho acima.

As identidades são fabricadas por meio da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença — a simbólica e a social — são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos - nos/eles (por exemplo, sérvios e croatas); eu/outro<sup>87</sup>.

Podemos perceber no trecho da revista em destaque que tanto ucranianos como poloneses tem origem eslava, ou seja, descendem de imigrantes vindos do leste europeu. No entanto, as diferenças são marcadas no texto em detrimento das semelhanças, dentro de padrões que podemos entender como *sistema classificatório*, explicado por Kathryn.

Não só neste fragmento, mas em todo o conjunto das narrativas da revista o termo "etnia" é apresentado como um grupo com uma história comum e portador de características fixas, como se estas tivessem se mantido iguais ou “preservadas”, mesmo decorridas aproximadamente cento anos do início da (re)ocupação do estado até o ano de lançamento da revista, em 1989. Assim, é extremamente necessário problematizar como são construídas as fronteiras que são usadas para estabelecer as identidades dos

---

<sup>86</sup> Idem

<sup>87</sup> WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7 -72.

grupos.

Na última página da revista é dedicada ao *Hino às Etnias*, escrito por Marlene Tourinho de Britez. Nele o Paraná é representado como uma terra acolhedora, fértil, onde várias “raças” se uniram com muita esperança para o progresso.

#### Hino às Etnias

*Marlene Tourinho de Britez*

Onde as raças se encontram  
Com amor e esperança  
Onde as vidas se defrontam  
No horizonte da bonança

Onde fértil é a terra  
E conduz ao bem viver  
Onde tudo o que encerra  
Nos é dado com prazer

#### Estrilho

Paraná, Paraná, Paraná,  
Esperança progresso e esplendor  
Paraná, Paraná, Paraná,  
União de raças e de amor

Paraná das etnias  
do trabalho e do lazer  
de outras plagas vem seus filhos  
para um novo alvorecer

O Brasil, é seu abrigo  
Paraná sua união  
dos costumes, ao mais antigo  
se cultiva com emoção

#### Estrilho

Paraná, Paraná, Paraná,  
Esperança progresso e esplendor  
Paraná, Paraná, Paraná,  
União de raças e de amor<sup>88</sup>

No hino podemos visualizar a construção de uma determinada imagem sobre o passado e sobre o presente do Estado. A afirmação acerca da importância dos imigrantes para o desenvolvimento do estado, bem como o fato destes terem sido bem acolhidos seria o elemento que produz uma unidade entre as etnias. Há a tentativa de se fixar

---

<sup>88</sup>Idem.

uma representação sobre a população paranaense.

Mais uma vez é enfatizada a “convivência harmoniosa” e não a *mistura* dos povos, como podemos perceber no seguinte trecho “Onde as raças se encontram/ Com amor e esperança”, “Paraná, Paraná, Paraná,/ União de raças e de amor”. Neste sentido, é reforçada a noção de que o Paraná seria composto por um “mosaico étnico” e de que as peculiaridades de cada etnia são e devem continuar sendo mentidas. Ao longo de todo o Hino o termo “raça” é utilizado como sinônimo de etnia.

A publicação e a realização dos Festivais Folclóricos e de Etnias no Paraná podem ser encaradas como tentativas de "enquadramento de memória"<sup>89</sup>, que seria segundo Michael Pollak, um processo no qual as narrativas sobre o passado e o presente são utilizadas para constituir e manter a coesão de um grupo. No entanto, a construção destes discursos é feita de forma a ressaltar as particularidades de cada grupo.

É preciso considerar que para este trabalho foi analisada apenas a publicação referente ao festival de 1989, entretanto, o festival insere-se em um contexto mais amplo que o governo Álvaro Dias, o que será abordado em um futuro estudo.

---

<sup>89</sup> POLLAK, M. *Memória esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol. 2. N. 3, 1989.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos refletir sobre a construção de sentidos identitários para a população paranaense presentes no conjunto de narrativas que compõem a revista *Etnias no Paraná*. Para tanto, buscamos retomar brevemente o processo histórico de instituição das políticas imigratórias empreendidas no Paraná, na segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Em seguida procuramos apresentar e problematizar alguns discursos a respeito de imigrantes e nacionais, que acompanharam este processo de (re)ocupação do território paranaense, presentes em falas de políticos, no meio acadêmico e na mídia.

Discutimos, também, a formulação das políticas oficiais ligadas a preservação e definição de bens patrimoniais, ao longo do século XX. A partir desta discussão apresentamos as políticas patrimoniais adotadas pela administração de Álvaro Dias, em vigor em 1989, período de publicação da revista *Etnias no Paraná*, objeto de análise deste trabalho. Por fim, analisamos os discursos sobre os oito grupos étnicos selecionados e apresentados por esta revista.

No conjunto de narrativas que compõem a revista *Etnias no Paraná* é possível perceber a tentativa de unir os grupos de imigrantes que ocuparam este território por meio da construção de uma memória comum, de que todos, mesmo vindos de diferentes lugares, participariam e contribuiriam para o “progresso” do Estado. Entretanto, ao mesmo tempo em que os discursos sobre cada grupo, classificados como etnias, buscam no passado elementos unificadores que relacionam o passado dos imigrantes com o passado e o futuro do estado do Paraná, esforçam-se também na tentativa de ressaltar as particularidades de cada grupo, por meio de elementos marcadores de identidade, tais como seus hábitos alimentares, manifestações artísticas, tipo de arquitetura, roupas típicas etc.

Ações como o a realização do festival e a publicação da revista formam um conjunto que contribui para a construção do que o historiador Eric Hobsbawm classifica como “tradição inventada”. Segundo este autor, as “tradições inventadas” são institucionalizadas, parecem ter perdurado ao longo do tempo e através das gerações. Entretanto, muitas vezes, são recentes e/ou inventadas. De acordo com Hobsbawm:

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores

e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com relação ao passado<sup>90</sup>.

Tomando esta reflexão, podemos depreender que tanto a revista quanto o festival emitem normas e valores de comportamento que por meio da repetição pretendem estabelecer continuidade com relação ao passado, “conservando-o” tal qual foi.

Na maioria dos textos da revista, a população paranaense é caracterizada, não como fruto da mistura de vários povos, mas pela diferença entre eles. Diferença que se insiste manter mesmo decorridos mais de cem anos do início da (re)ocupação do estado até o ano de publicação do material analisado. Loiva Felix, em uma reflexão a respeito dos a respeito do conceito de *Lugares de Memória* proposto por Nora, avalia a criação e manutenção de “tradições”:

O autor (Nora), no entanto, constata uma transformação no mundo moderno: *pela aceleração da história*, cada vez mais o cotidiano afasta-se das vivências da tradição, a memória deixa de ser encontrada no próprio tecido social e passa a necessitar de lugares especiais para ser guardada, preservada em seus laços de continuidade. São os *lugares de memória* encarregados de desempenhar este papel de manutenção dos liames sociais, de fugir à ameaça do esquecimento<sup>91</sup>.

Sob esta perspectiva podemos considerar tanto a realização do Festival Folclórico e de Etnias no Paraná quanto a publicação da revista a seu respeito como *lugares de memória*, pois se encarregam de manter “liames sociais” e “fugir à ameaça do esquecimento”.

A reflexão que propomos é que o estabelecimento destes lugares passa por um processo de seleção que, no caso da revista, silencia alguns grupos em detrimento de outros que também ocuparam o estado, pois é ressaltada apenas a ocupação europeia, asiática, e, quanto aos grupos de nacionais, apenas a sulista.

Podemos identificar que no ano de 1989 este processo de (re)construção da memória, a ser rememorada e comemorada, ainda é muito influenciado pelos discursos étnicos, surgidos no final do século XIX, com a emancipação e o investimento em colonização. Tais discursos foram veiculados ao longo do século XX, por documentos oficiais, livros didáticos, na mídia e, principalmente, em textos acadêmicos que dão autoridade para a continuidade da reprodução dos mesmos. Sobre a “transmissão” dessa memória oficial Helenice Rodrigues da Silva faz a pertinente afirmação:

---

<sup>90</sup> HOBBSAWM, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*; tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

<sup>91</sup> FÉLIX, L. O. *Memória e História: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998, p. 53.

Os deslocamentos do passado sobre o futuro explicam, muitas vezes, os problemas ligados à transmissão da memória. Visando a um tempo futuro, a memória se conserva no tempo contra o próprio tempo (o esquecimento e o apagamento). Cabe pois a História pela sua dimensão crítica, guardar os rastros da “dívida, dívida essa que diz respeito às vítimas da história. “ Se não se deve esquecer, é, também e sobretudo, em razão da necessidade de se honrar as vítimas da violência histórica. É nesse sentido, que se pode falar de memória ameaçada”, lembra Paula Ricoeur. Nessa perspectiva, a história crítica tem por papel se opor, não só a preconceitos da memória coletiva, mas também aos preconceitos da memória oficial, cuja função consiste na própria transmissão da memória<sup>92</sup>.

A forma como os silenciamentos e as diferenças são construídas dentro de discursos, não só da revista, mas de todos os acima citados, pode acabar criando estereótipos e fomentando preconceitos. Assim, uma possibilidade de dar continuidade a esta pesquisa seria investigar a recepção destes marcos cristalizados pelo discurso, por parte das pessoas e como a partir destes marcos cria-se um sentimento de pertencimento de um “eu” coletivo.

Neste sentido, um dos papéis do historiador, além de pregar o respeito e a tolerância entre os grupos, é problematizar como são construídas as diferenças, as fronteiras que são usadas para estabelecer estas identidades.

---

<sup>92</sup>SILVA, H. R. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História. São Paulo, V.22, nº 44, 2002.

**REFERÊNCIAS**

- ABREU, A. A. Acontecimento e Mídia. In: *Colóquio História e Imprensa*. Rio de Janeiro: 1998.
- BAHLS, A. V. S. *A Busca de Valores Identitários: a memória histórica paranaense*. Curitiba, UFPR, 2007. Tese de Doutorado em História.
- BALHANA, Altiva P. *Campos Gerais, Estruturas Agrárias*. Curitiba. UFPR, 1968.
- BALHANA, A. P. Política Imigratória do Paraná. *Revista Paraná Desenvolvimento*. Curitiba, n.87, jan/abr., 1996, p.39-50
- BAUMANN, Z. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAVALCANTE, M. J. M. *O jornal como fonte privilegiada de pesquisa histórica no campo educacional*. Faced/UFC. Disponível em <[www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0429.pdf)> Acessado em 2012.
- CHAGAS, M. Cultura Patrimônio e memória. *Congresso internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus*. Imprensa oficial do Estado, São Paulo, 2002.
- CUCHE, D. *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ELFES, A. *Campos Gerais: Estudo da Colonização*. INCRA: Curitiba, 1973.
- FÉLIX, L. O. *Memória e História: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FILHO, F. M. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paraná desenvolvimento*. Curitiba, n.87, jan/abr., 1996, p.131-148.
- GREGORY, V. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no oeste do Paraná (1940-70)*. Cascavel: Edunioeste. 2002.
- GREGORY, V. Colônia. In: MOTTA, Márcia(org.)*Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HALL, S. Quem precisa da identidade?. In: *Identidade de Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HALL. S. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HOBSBAWM, E. & RANGER, T. *A invenção das tradições*; tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MAGALHÃES, M. B. *Paraná: Política e Governo*. Curitiba: SEED, 2001.

KERSTEN, M. S. A. *Os Rituais do Tombamento e a escrita da História Bens Tombados no Paraná entre 1938-1990*.

LE GOFF, J. 1924. *História e Memória*. Editora da UNICAMP, 1992.

LIMA, E. P. S. O neoliberalismo no Paraná: um resgate histórico. *Revista História Regional*. v.11, n. 1, 109-124, 2006.

LUCA, T. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. 111-154

MARTINS, R. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, R. Mensagem do Centro Paranista ao Presidente do estado Dr. Affonso Camargo, 1927. Apud TRINDADE, Etelvina M. C.; ANDREAZZA, Maria L. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

MARTINS, W. *Um Brasil Diferente*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1989.

MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. Maringá: Eduem, 2009.

MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NADALIN, S. O. *Paraná: Ocupação do Território, Populações e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O Perigo Alemão e a Repressão Policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

POLLAK M. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, M. *Memória esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol. 2. N. 3, 1989.

POUTIGNAT, P. ; STREIFF-FENART, J. *Teorias da Etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

SANTOS, C. R. A. dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural. 1995.

STEIN, M. N.; SANTOS, R. C. R. ; SANTOS, D. L. ; WENTZ, L. K. . Natureza, Discursos e identidades: Indagações acerca de Narrativas da Trajetória de imigrantes Menonitas em Santa Catarina e no Paraná (século XX). *Anais do 2º Simpósio internacional de História Ambiental*. UFSC. 2012.

SILVA, H. R. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.22, nº 44, 2002.

STEIN, M. N. *O Oitavo Dia: produção de sentidos identitários na Colônia Entre Rios-Pr*. Guarapuava: Unicentro, 2011.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças: cientistas instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOMAZI, N. D. *Norte do Paraná. História e Fantasmagorias*. Tese (doutorado em História) Curitiba: UFPR, 1997.

TRINDADE, E. M. C. *Paranidade ou paranismo? A construção de uma identidade regional*. *Revista da SBPH*. Curitiba, n.13, p.65, 1997.

TRINDADE, E. M. C.; ANDREAZZA, Maria L. *Cultura e Educação no Paraná*. Curitiba: SEED, 2001.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. Curitiba: Vicentina, 1995.

STEIN, M. N. Imigração, Colônias Agrícolas e Etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná. *História: Debates e Tendências*. UPF, v. 14, n. 1, 2014.

WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 7 -72.

## FONTES

*Revista Etnias no Paraná*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1989.

BRASIL. Constituição dos estados unidos do Brasil (1937). Decreto lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico do Paraná. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm) acessado em: 30 de setembro de 2014.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (1824). Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM581.htm). Acesso em: 15 maio. 2014.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (1824). Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 15 maio. 2014.

LINS, Adolpho Lamenha. *Relatório do presidente de província*. Apresentado á Assembleia Legislativa do Paraná no dia 15 de fevereiro de 1876.

NETO, B. M. R. Discurso pronunciado na sessão de instalação de um dos congressos comemorativos do centenário. In: *Ilustração Brasileira*. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV, N.º 224. Rio de Janeiro: Edição da S. A. “O Malho”. 1953. p. 19.